



Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egôn Pudell, Tolentino, Francisco Escorsin, Euclides Nelli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tra-Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner

Atestada a presença de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão da semana observação.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 90/81

Curitiba, 23 de setembro de 1981.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que o anteprojeto de lei submetido a essa augusta Casa de Leis através da Mensagem n.º 55/81, de 27 de julho de 1981, seja substituído pelo ora encaminhado, a fim de transformar a proposta concessão de abono em aumento de vencimentos do funcionalismo estadual.

A alteração objetivada por esta mensagem substitutiva, visando aumentar os vencimentos dos funcionários civis e militares, na razão de 30% (trinta por cento), a partir de 1.º de outubro de 1981, atende reivindicações formuladas após o envio da Mensagem n.º 55/81 significando portanto, maiores benefícios, tendo-se em conta que, sobre a parcela decorrente do aumento serão calculadas outras vantagens, como, por exemplo, adicionais por tempo de serviço.

No mesmo percentual da majoração de vencimentos, são revistos os valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, da gratificação de regência de classe e da gratificação de produtividade.

Ainda, para manter a diferença existente em certas faixas

de vencimentos, é concedido, além do reajuste de vencimentos, um abono provisório de 13% (treze por cento) para os funcionários civis e militares, a ser pago nos meses de outubro, novembro e dezembro deste ano, limitada a base de cálculo em Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

Por outro lado, no sentido de assegurar ao Professor PA-1, um valor de vencimento semelhante ao que já havia constado na mensagem substituída, foi estabelecido um vencimento fixo mensal de Cr\$ 16.930,00 (dezesesseis mil, novecentos e trinta cruzeiros).

Vale, também, mencionar, ter sido mantido o dispositivo da Mensagem anterior, que diz respeito à abertura de crédito, mantendo-se o mesmo valor limite, por ser suficiente ao atendimento do aumento proposto.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam aumentados em 30% (trinta por cento) a partir de 1.º de outubro de 1981, a título de antecipação parcial da majoração de vencimentos a ser concedida com início de vigência em 1.º de janeiro de 1982, não se aplicando as disposições deste artigo aos cargos constantes das Tabelas I, II e III do Anexo II da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980.

§ 1.º — Com relação ao cargo de Delegado de Polícia de 1.ª Classe, o percentual de aumento incidirá sobre o vencimento básico fixado no art. 2.º da Lei Complementar n.º 10, de 29 de dezembro de 1980; aplicando-se-lhe as demais regras nele estabelecidas.

§ 2.º — O percentual de aumento concedido no “caput” deste artigo incidirá sobre o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado, fixado no art. 2.º da Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, aplicando-se-lhe as demais regras nele estabelecidas.

Art. 2.º — O valor unitário do salário-família atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3.º da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980, fica fixado em Cr\$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros).

Art. 4.º — O valor da gratificação de regência de classe, de que trata o art. 10 da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em Cr\$ 76,00 (setenta e seis cruzeiros).

Art. 5.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6.509, de 25 de junho de 1974; 6.583, de 15 de agosto de 1974; 6.641, de 04 de dezembro de 1974; 6.787, de 31 de maio de 1976 e 7.066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos.

Art. 6.º — Aos funcionários civis e militares, exceto aos ocupantes dos cargos constantes das tabelas I, II e III do Anexo II da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980, fica concedido um abono provisório a ser pago nos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano, de valor equivalente a 13% (treze por cento) do vencimento ou soldo, limitada a base de

cálculo ao máximo de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

§ 1.º — Respeitado o limite de base de cálculo referido neste artigo, para os integrantes da Polícia Militar do Estado, em atividade, o abono será calculado sobre a soma do soldo básico e a gratificação policial militar especial, e, para os funcionários do Quadro Especial da Coordenação da Receita do Estado, calcular-se-á sobre a soma do vencimento básico e a vantagem de que trata o artigo 89, inciso III, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

§ 2.º — O abono de que trata este artigo poderá ser convertido em vencimento ou soldo, no todo ou em parte, para cumprimento do disposto no art. 78 da Constituição Estadual, no caso de majoração do salário-mínimo no corrente exercício.

Art. 7.º — Os vencimentos dos cargos de Professor do Quadro Próprio do Magistério, Classe A, nível 1, ficam fixados em Cr\$ 16.930,00 (dezesesseis mil, novecentos e trinta cruzeiros), não se lhes aplicando o disposto nos artigos 1.º e 6.º desta lei.

Art. 8.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitando o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 19 de agosto de 1971, incorporadas aos proventos de inativos, fica com seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta lei ao respectivo provento básico.

Art. 9.º — No sentido de manter a proporcionalidade existente entre os vencimentos das Tabelas I e II, do Anexo II, da Lei n.º 7.424/80, cada vez que ocorrer modificação no valor do salário-mínimo regional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias na referida Tabela I.

Parágrafo único — Por ocasião de modificação do salário-mínimo que ocorrer durante a vigência do abono de que trata o art. 6.º desta lei, observar-se-á, na aplicação do disposto neste artigo, a regra contida no § 2.º do art. 6.º.

Art. 10 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 5.100.000.000,00 (cinco bilhões e cem milhões de cruzeiros) para atender as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive as decorrentes da aplicação desta Lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11 — Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta lei, são devidos a partir de 1.º de outubro de 1981, ficando revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 91/81

Curitiba, 23 de setembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva aumentar, mediante lei específica os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis foi precedida de estudos realizados pelas Secretarias de Estado do Planejamento, Recursos Humanos e das Finanças, cujas conclusões foram no sentido de que, face a peculiaridades dessas categorias funcionais em razão da legislação pertinente, o assunto seja tratado em lei específica, observado, entretanto, o mesmo percentual e critérios de vigência de aumento proposto para os demais funcionários civis e militares do Estado, através da Mensagem n.º 90/81, desta mesma data.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta con-

sideração.

a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, constantes, respectivamente, das Tabelas I, II e III do Anexo II, da Lei n.º 7398, de 25 de novembro de 1980, ficam aumentados em 30% (trinta por cento) a partir de 1.º de outubro de 1981, a título de antecipação parcial da majoração de vencimentos a ser concedida com início de vigência em 1.º de janeiro de 1982.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do PMDB, com assento nesta Casa, indico o nome do nobre Deputado Lineu Mansani Turra, para substituir o nobre Deputado Deni Schwartz junto à Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de pesar pelo falecimento do Senhor André Dorini, ocorrido neste mês, no Município de Manguinhos.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ANDRÉ DORINI, ocorrido este mês no Município de Manguinhos.

O extinto era agricultor, pioneiro no Município de Manguinhos, esposo, pai e amigo exemplar e sua morte é profundamente lamentada por seus amigos e familiares.

Requer-se outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de seus irmãos: JOÃO P. DORINI, LUIZ DORINI e BENTO DORINI.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1981.

a) LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer um voto de aplausos ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, pela passagem dos 72 anos de sua existência.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja transcrita na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ, pela passagem dos 72 anos de sua existência.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1981.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Fundado no dia 23 de setembro de 1909, através do Decreto n.º 7566, do então Presidente Nilo Peçanha, o CEFET-PR está completando 72 anos de existência. O centro nasceu com o nome de Escola de Aprendizes e Artífices, modificando após para Liceu Industrial, passando depois para Escola Técnica Federal de Curitiba e Escola Federal do Paraná. No dia 30 de junho de 1978, devido a inclusão do ensino de nível superior, com os cursos de Engenharia Industrial e Tecnologia do Paraná, passou a receber a denominação de CENTRO FEDERAL DE

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ.

Atualmente o CEFET-PR conta com 5.800 alunos nos cursos de 2.º grau e 1.200 alunos nos cursos de nível superior, além de 800 alunos em cursos extraordinários. São 746 pessoas coordenando os serviços, entre professores e funcionários.

Para definir o CEFET-PR nada melhor do que registrar as palavras do Professor Ivo Mezzadri, diretor do mesmo: "O ensino técnico deve ultrapassar uma simples preparação para o exercício de uma determinada profissão, que vive exclusivamente a dotar o estudante das competências e conhecimentos teóricos estritamente necessários para este feito: ele deverá conjuntamente com o ensino geral assegurar o desenvolvimento da personalidade, do caráter das faculdades de compreensão, de julgamento, de expressão e de adaptação".

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Coordenador Regional do INPS no Paraná, solicitando que o mesmo forneça a relação das pensões por morte concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Coordenador Regional do INPS do Paraná, solicitando que o mesmo forneça a relação das pensões por morte concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz neste Estado, nos últimos cinco anos.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Em 10 de agosto de 1981, fizemos solicitação semelhante através de carta protocolada sob n.º 4254, mas infelizmente até a presente data não recebemos a resposta necessária, e sendo de alto interesse tal informação, voltamos agora através deste requerimento.

Ocorre, que algumas das referidas pensões foram pagas da data do requerimento e não do falecimento como determina a legislação, muito embora o "carnet" tivesse sido emitido corretamente, as beneficiárias tiveram que devolver importâncias conforme instruções do Agente do FUNRURAL, o que causa certa insegurança e prejuízos às pensionistas do referido órgão, daí a necessidade da relação para que se apure perante as mesmas, se elas devolveram algum recebimento ao FUNRURAL como aconteceu às Senhoras MARIA VIEIRA DOS SANTOS, GLÓRIA OLIVEIRA NEVES e JOVELINA BIAZON entre outras.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 106/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENSTROTH BAUER, pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A CONTRIBUIÇÃO DO DR. WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER À COLONIZAÇÃO DE ENTRE RIOS E À ECONOMIA DA REGIÃO.

A Colônia de Entre Rios, situada no Distrito de mesmo nome no Município de Guarapuava, representa hoje uma reali-

dade de grande expressão na economia do Estado do Paraná e do país seja pelo volume de sua produção, seja pelos índices de produtividade obtidos ou, ainda, pelo pioneirismo de seus empreendimentos.

Ela foi constituída por imigrantes do após-guerra, na sua maioria, agricultores procedentes da Romênia, da Iugoslávia e da Hungria que conservam as características culturais e idiomáticas germânicas e formam, na velha Europa, uma minoria nacional chamada "Suábios do Danúbio" e que já possuíam tradição como colonizadores.

A vinda dos suábios para Entre Rios, em Guarapuava, tornou-se possível pela conjugação de vários fatores e esforços de diversas entidades internacionais e nacionais entre elas a "Ajuda Suíça para a Europa", o "Comitê Internacional da Cruz Vermelha", a FAO, o "Governo do Estado do Paraná", então chefiado pelo Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, o "Governo Federal" e o "Banco do Brasil".

Depois de alguns estudos, incluindo três Estados do Brasil, a escolha recaiu sobre os Campos Gerais do Paraná, mais precisamente, no município de Guarapuava, Distrito de Entre Rios.

Desde o início da colonização a COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LTDA., então denominada COOPERATIVA AGRÁRIA LTDA., incumbiu-se da coordenação de todos os procedimentos necessários para a fixação dos imigrantes e, também, de representá-los perante as autoridades nacionais e internacionais envolvidas no projeto "Entre Rios", sendo, ainda hoje, em torno dela que se desenvolve a vida econômica, social e cultura da Colônia.

O montante de suas transações, orçado para o exercício corrente em torno de seis bilhões de cruzeiros, confere aos diversos agentes envolvidos nestas operações — banqueiros, fornecedores, clientes, autoridades tributárias e previdenciárias, empregados, funcionários públicos e profissionais autônomos — a convicção de estarem em relação com um núcleo econômico sólido e pujante.

O desenvolvimento e o progresso da Colônia de Entre Rios vem sendo assistido e acompanhado por diversas autoridades que a visitam com frequência, desde a sua fundação, e, hoje, festejam a posição em que se encontra.

De fato é auspicioso registrar o crescimento da produção obtida em Entre Rios que, partindo de modestas 2.250 toneladas na primeira colheita em 1952/1953, atingirá, no atual ano agrícola, o volume de 150.000 toneladas de grãos.

Pelas rodovias que demandam à Colônia são transportadas, anualmente, mais do que 250.000 toneladas de bens de produção, bens de consumo, materiais de construção, combustíveis e a produção obtida.

Menos de 30 anos depois de implantada, em meio de um campo nativo onde nada existia em termos de infra-estrutura e onde tudo foi preciso fazer desde a divisão de terras, localização de aldeias, construção das primeiras toscas residências, paióis, ruas, estradas e etc., com recursos muito mais limitados do que hoje dispõe, a Colônia de Entre Rios pode se vangloriar de sua vitória que não se limita apenas ao campo econômico como também, se estende a área técnica, cultural e social de cujos resultados aproveitam não somente os primitivos imigrantes como a população local e outras corrente migratórias oriundas de várias partes do país, assim entendidos os funcionários de nível médio e nível superior que são recrutados pela COOPERATIVA AGRÁRIA para suprir as suas deficiências nestas áreas.

Desde os primórdios da Colônia que a Cooperativa vem destacando parcelas dos resultados da atividade agrícola, na medida que as diversas situações permitem, para desenvolver uma obra assistencial e educacional que hoje tem grande alcance e beneficia não apenas os seus associados como igualmente os trabalhadores nativos, os funcionários vindos de fora e todos os

seus dependentes.

Somando estes recursos com contribuições obtidas até no exterior, a Cooperativa, ao longo dos anos, criou uma moderna escola onde é ministrado o ensino até o 2.^o grau, subsidia uma segunda escola municipal com cursos de jardim de infância, pré-primário; concede bolsas de estudos, mantém um hospital que muitas vezes atende as pessoas sem nenhum recurso, criou um núcleo assistencial atendido por três religiosas onde é ministrada às famílias de operários e trabalhadores rurais orientação para o lar e a prática de trabalhos domésticos.

O trabalho dos agricultores de Entre Rios, somado ao apoio e incentivo de diversos órgãos oficiais, resultou em exemplo pioneiro à agricultura paranaense, não obstante as inúmeras dificuldades com que se deparou e sobre as quais, ainda, se fará alusão. Com efeitos, superados os impasses técnicos não previstos no planejamento original da Colônia, os suábios de Entre Rios lograram registrar a maior produtividade em lavouras de trigo no País, fazendo com que Guarapuava se colocasse entre os municípios de maior produção no Brasil. Este feito serviu de estímulo e exemplo para os municípios que se tornaram os grandes produtores do Norte do Paraná sendo que, em anos passados, muitos agricultores de Rolândia, Marechal Cândido Rondon e Campo Mourão aqui vieram em busca de informações e experiências.

Os agricultores de Entre Rios inscrevem-se entre os primeiros a desenvolver o plantio de soja no Paraná. Esta cultura que hoje representa um esteio na economia do Estado era, praticamente, desconhecida e inexistente na região por volta de 1965. Também neste plantio, apesar de lidar com solos mais pobres do que os de outras regiões do Estado, vem sendo obtida uma produtividade considerada muito boa em relação a média nacional.

O mais recente empreendimento dos suábios de Entre Rios foi o experimento e plantio de cevada cervejeira que, novamente, os colocou na posição de maiores produtores do País com uma produtividade de 1.700 kg por ha.

O sucesso no cultivo da cevada cervejeira permitiu que a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. partisse para uma etapa posterior do ciclo produtivo. Para tanto associou-se à Companhia Antarctica Paulista na implantação de uma agro-indústria destinada à fabricação de malte. O empreendimento, Agromalte S.A., está dimensionado para produzir 52.800 toneladas de malte, anualmente, criando um mercado para outros produtores da região, proporcionando, aproximadamente, 3.000 empregos diretos e indiretos, gerando a incidência de elevados impostos, principalmente o ICM e produzindo divisas como fator de substituição de importação, já que 80 por cento do malte consumido no País é importado.

Ao se registrar aqui este desempenho, a título de preâmbulo, se visou não apenas enfatizar o trabalho tenaz e profícuo dos agricultores de Entre Rios mas, também, valorizar a assistência e a ajuda que lhes foi proporcionada pelas diversas entidades, instituições, autoridades e pessoas, desde que foi idealizada a imigração até esta data. E, de outra parte, enfocar um período muito crítico da colonização, quando, sem dúvida, a sua continuidade e atual perfil esteve em risco. É nesta ocasião que se avulta o trabalho do Dr. Wolfram Ruhenstroth-Bauer.

Os primeiros 15 anos foram muito duros para a Colônia de Entre Rios. Falhas no planejamento inicial; solos de natureza diferente da dos cultivados na Europa e que, logo nos primeiros anos, registraram declínio de produção, ausência de toda infra-estrutura assistencial e social na área da Colônia que, pela inexistência de estrada, se achava isolada da sede do município dificuldades, pela mesma razão, de inteirar-se com a comunidade nacional, seja no aspecto econômico, seja na área cultural e social foram fatores que aquebrantaram o entusiasmo e a esperança inicial de muitas famílias que aqui tinham apor-

tado, fazendo com que muitas delas, gradativamente, ou migrassem para os grandes centros urbanos brasileiros ou emigrassem para a Europa de onde recebiam notícias encorajadoras sobre as oportunidades oferecidas pelo soerguimento econômico e técnico da Alemanha Ocidental onde, inclusive, as lavouras respondiam com colheitas acima de 4.000 quilos por hectare enquanto que, aqui, chegavam escassamente aos 800 quilos. Mesmo que não se dirigissem à agricultura, a indústria alemã, em franca expansão, oferecia oportunidade de trabalho bem remunerado e a vida urbana assegurava, entre outras vantagens, a educação das crianças que, na Polônia, se constituía numa grande preocupação para o País.

Por outro lado, informações nem sempre rigorosamente corretas devido às dificuldades de comunicação, davam conta de que outras colonizações implantadas, há muitos anos, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina não tinham alcançado um estágio razoável e que até se teriam dispersado, alarmaram alguns colonos tementes de que o fenômeno se repetisse em Entre Rios.

Assim é que em 1966 as 500 famílias que haviam iniciado a Colônia estavam reduzidas à metade apesar dos casamentos realizados no Brasil durante os 15 anos de sua existência.

Os valores demográficos definham, os solos davam sinais de esgotamento, as dívidas mal podiam ser liquidadas, tornando mínimo o progresso econômico. Apesar disto, os agentes financeiros nacionais - Banco do Brasil, Banco do Estado do Paraná, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e outros - depositavam confiança na Colônia e na Cooperativa mas a sua assistência financeira limitava-se aos financiamentos de custeio.

A nova Diretoria da Cooperativa, que tinha sido empossada no ano de 1966, compreendeu que somente uma profunda reforma nos métodos e política interna na Colônia poderia salvá-la do fracasso mas sentiu que, para tanto, seriam necessários grandes investimentos nas áreas da produção, do beneficiamento e da assistência técnica, educacional e social de forma a dotá-la de uma adequada estrutura econômica e política, impondo-se o aporte de vultosos recursos financeiros.

A envergadura do projeto de reconstrução da Polônia exigia um suporte financeiro não compreendido nos parâmetros então vigentes para os agentes nacionais visto que, na época, o crédito rural não estava tão dimensionado como hoje e o cometimento, para se tornar viável, exigia longo prazo.

Mas a nova Diretoria da Cooperativa Agrária, tendo aceitado em nome da Polônia o desafio que o seu soerguimento representava, houve por bem recorrer ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica" firmado em 30 de novembro de 1963 entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha e submeteu ao Ministério de Cooperação Econômica da RFA um pedido de ajuda para o seu "Projeto de Recuperação" o qual foi atendido mediante o "Ajuste de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Cooperativa Central Agrária".

Data desta época a decisiva contribuição do Dr. Wolfram Ruhenstroth-Bauer no processo de desenvolvimento técnico e econômico da Colônia de Entre Rios que, como se consigna na introdução desta sinopse, beneficiou grandemente a economia da região e do Estado do Paraná.

O Dr. Ruhenstroth é Engenheiro Agrônomo e Doutor em Agricultura formado pela Universidade de Munique/Weihens-tephan tendo realizado, em 1949/1950, viagem de estudos aos Estados Unidos da América do Norte. Em sua carreira profissional, de 1951 a 1954, como Assessor da Secretaria do Interior da Bavaria, Munique, teve a incumbência de criar o Instituto Agrícola da Bavaria para agricultores refugiados, foi membro da Comissão de Crédito dos Serviços Públicos nas Colônias e secretário da Junta de Investigação Agrícola para os

problemas mundiais dos refugiados de guerra; 1954 a 1962, como Assessor Ministerial para os assuntos dos perseguidos, refugiados e feridos de guerra, em Bonn, encarregou-se de localizar os agricultores expulsos, planejando e realizando congressos no Oeste da Alemanha; em 1972 foi Diretor do Instituto para as Colônias e em 1976 Diretor Substituto do Departamento Administrativo da Secretaria de Alimentação, Agricultura e Reflorestamento da Bavaria, em Munique, o qual estabelecia diretrizes para o fomento agrícola do Departamento de Colonização, Habitação Rural e Assistência Técnica Direta ao Produtor, cabendo ao Dr. Ruhenstroth, como representante do Estado da Bavaria, o planejamento e execução de projetos junto ao Conselho de Administração do Banco Alemão para a Colonização e Previdência Rural, em Bonn.

Justamente devido a estas suas credenciais, tão afins com as origens e problemas da Colônia de Entre Rios, pôde o Dr. Ruhenstroth informar-se e aferir da oportunidade da crise com que a mesma se debatia.

Assim, no exercício de suas importantes funções, foi uma das pessoas que mais decisivamente influíram no acolhimento e enquadramento no "Acordo Básico de Cooperação Técnica" do pedido de ajuda da Cooperativa Agrária.

O "Projeto de Desenvolvimento da Cooperativa" despertou o interesse de diversas autoridades brasileiras e alemãs, destacando-se entre elas o Dr. Ruhenstroth, cujo trabalho foi decisivo para incluí-lo em "Ajuste de Cooperação Técnica" ao já citado Acordo Básico.

Na primeira etapa do cumprimento deste Ajuste, em 1968, foram doadas à Cooperativa 6.400 toneladas de Escória de Thomas, 30 colhedoras automotrizes, 15 semeadeiras, 25 adubadeiras e 10 enfardadeiras cujo valor, transformando-se os dispêndios da época ao câmbio atual, equivale a Cr\$... 46.172.919,20.

Para supervisionar o emprego destes bens de produção vieram da Alemanha 3 técnicos que, também, iniciaram um trabalho de pesquisa que foi continuado, posteriormente, por técnicos do IPEAME.

O produto da venda destes insumos aos cooperados da Agrária, realizada em condições suportáveis conforme suas situações financeiras, segundo o referido ajuste, foi aplicado na construção e montagem de um moinho de calcário, de um armazém com capacidade para 8.000 toneladas e de uma usina elétrica.

Em 1970 foram doadas 2.800 toneladas de guano e 200 toneladas de fosfato da Rhenania, cujo valor, hoje, representa, em moeda nacional, Cr\$ 24.407.839,06, sendo o seu produto, também, depois de feita a venda aos cooperados nas mesmas condições, aplicado na construção de uma moderna escola que é o "Colégio Imperatriz Dona Leopoldina" o qual, mais tarde, ampliado com outros recursos conta com uma área construída de 4.423 m².

No mesmo ano de 1970 foi concedido um empréstimo a ser repassado e pago em cruzeiros pelos agricultores, no valor de DM 184.400,00 que, hoje, representa Cr\$ 5.697.038,00.

Em 1973 foram doados DM 600.000,00 para serem utilizados na compra de fertilizantes no Brasil e, após a revenda aos associados, ter o seu produto aplicado na construção de uma vila aos operários brasileiros que prestassem serviço nos diversos setores da Cooperativa.

Por último, em 1977 foi doado pelo Governo do Estado da Bavaria um moderno laboratório de física e química que foi instalado no "Colégio Imperatriz Dona Leopoldina" e cujo valor, ao câmbio de hoje é de Cr\$ 2.431.031,47.

Pelo que ficou dito acima, verifica-se que a ajuda recebida pela Colônia de Entre Rios, apenas avaliada em números frios, está representada por Cr\$ 97.245.827,73. Entretanto, igualmente importante foi a ajuda técnica e, mais ainda, o alento para reerguer uma comunidade econômica e social que se

encontrando à beira do fracasso tornou-se o potencial que, hoje, representa para os seus integrantes, para que os que aqui chegam em busca de trabalho e para a economia do Estado.

Muitas entidades colaboraram neste esforço de recuperação da Colônia de Entre Rios, entre elas o Governo do Estado do Paraná, o Governo Brasileiro, o Governo Alemão e o Governo do Estado da Bavária mas, quem melhor personifica este esforço, porque pessoalmente se integrou nele, é o Dr. Wolfram Ruhenstroth sendo justo que, na sua pessoa, a Colônia de Entre Rios e a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. e o povo paranaense venham simbolizar toda a sua gratidão.

PROJETO DE LEI N.º 107/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA:

Declara de utilidade pública o Banestado Clube S.A., com sede nesta Capital.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o BANESTADO CLUBE S/A., com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

O BANESTADO CLUBE S/A. é uma entidade integrante do Conglomerado Banestado, que tem por finalidade prestar assistência social e previdenciária a seus associados.

Nos termos de seus fins estatutários, a entidade é constituída sem fins lucrativos, voltada exclusivamente a fins filantrópicos.

A documentação que anexo apresentamos comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora do instituto da utilidade pública do Paraná.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que por certo merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 108/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA:

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Santo Antônio da Platina.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" de Santo Antônio da Platina, com sede e foro naquela cidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Santo Antônio da Platina, na assistência social ao excepcional.

O reconhecimento público municipal já foi outorgado através da Lei n.º 05/80 de 17/09/80.

A documentação que anexo apresentamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais para que a entidade receba o reconhecimento público estadual, o que ora propomos, através do presente projeto de lei que esperamos irá merecer o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta

Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Ausente).

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente se deu por iniciada no Paraná, a discussão em torno do emprego na área industrial. Debate que nasceu justamente no momento em que a crise exigiu deste segmento da economia uma resposta não só para a contenção do imenso exército de mão-de-obra que advinha do interior, num novo e voraz êxodo rural, mas também para os investimentos realizados nos últimos anos, especialmente em Curitiba, para a criação de infra-estrutura industrial.

Destes debates, em que o próprio Secretário Véspero Mendes acabou por admitir erros na implantação de algumas unidades industriais na Cidade Industrial de Curitiba, ficou evidenciada a afirmação de alguns analistas da economia de que o País não consegue ofertar empregos na indústria, de acordo com a demanda, pelo tipo de empreendimento adotado no Brasil.

Para se ter um parâmetro histórico e palpável, basta recorrer à literatura mais simples sobre imperialismo, multinacional, capital monopolista e se terá uma rápida resposta. Em todas as análises sobre o domínio do capital se coloca como fatos de dependência do imperialismo sobre as Nações não industrializadas, a tecnologia. E a tecnologia aplicada à indústria para produzir certos bens sofisticados, é exatamente o que caracteriza a indústria instalada na Cidade Industrial de Curitiba, desde 1973, quando foi implantada.

Pesquisas, como o “Estudo dos fatores de decisão na implantação de indústrias na Região Metropolitana de Curitiba”, feito pelo IPARDES em 1980, apontam, por exemplo, quais foram os privilégios ou facilidades oferecidas pelo Paraná às indústrias que determinaram sua vinda. Das empresas consultadas, nacionais multinacionais, paranaenses, estas últimas, em índice de 41 por cento se disseram atraídas por incentivos fiscais, incentivos fiscais municipais, financiamentos, apoio federal e a intensa propaganda; este dado de atração, entretanto, é da ordem de 50 por cento às chamadas nacionais, e exatamente incentivos fiscais, incentivos municipais, financiamentos, apoio federal e intensa propaganda, é que levaram 58 por cento da multinacionais a se instalarem, conforme o mesmo estudo.

Em todos os dados oferecidos por este mesmo trabalho, dão conta que, sem as facilidades oferecidas pelo Governo paranaense, não estariam, provavelmente, localizadas no Estado.

E, sobre o tipo de empresas que predominam na Cidade Industrial de Curitiba, ficou claro que percentem à classe das indústrias de ponta, e por serem intensivas em capital.

Esta conclusão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tiradas sob encomenda do próprio Governo, demonstra que apesar dos investimentos realizados em todos estes anos na Cidade Industrial de Curitiba, montante ajustado nos valores que chegam a 20 bilhões de cruzeiros, na verdade, todo este volume, não teve a resposta necessária e desejada.

E a criação de empregos na CIC é mera coincidência e não faz parte do conjunto de pontos básicos determinados para se realizar com dinheiro sobretudo público.

O BADEP, durante todos esses anos, tem funcionado como o agente repassador de todo o dinheiro canalizado à Cidade Industrial de Curitiba, e por isso tem sido o principal alvo das críticas e das atenções quando se fala em industrialização paranaense.

E não só quando se fala em industrialização paranaense, mas também, no momento a prática de investimentos de capital intensivo, o meio mais fácil e mais dinâmico de fazer o capital retornar à origem, aumentado, sem o custo social.

O livro “Jari, a Invasão Americana”, no capítulo sobre a dependência, diz: “o modelo de crescimento econômico, enfaticamente após 64, associado ao capital estrangeiro, é, também, dependente politicamente dos países industrializados. As políticas governamentais que estimulam uma agricultura capitalizada, dentro do modelo que pressupõe a presença das multinacionais a montante e jusante da produção agropecuária, empurram o País para a dependência econômica.

Se esta análise pode ser feita da agricultura e sua industrialização, sua adaptação e condições das indústrias instaladas na CIC, são mais drásticas ainda.

Como exemplos claros disto, estão os dados divulgados pela própria URBS, hoje transformada em Cidade Industrial de Curitiba S.A., que demonstram estarem as indústrias da CIC, voltadas unicamente para o retorno de capital.

De 1973 a 1980, cerca de 17 bilhões de cruzeiros haviam sido lançados em termos de investimentos em 109 empresas. O número de empregos, entretanto, quando muito esticados, chegaria a 20 mil.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência e fico contente por ver que Vossa Excelência aborda um assunto de Curitiba, especialmente por abordar um assunto que tem não só uma importância econômica como também social.

Na verdade, a Cidade Industrial de Curitiba, que foi implantada na primeira gestão do Prefeito Jaime Lerner, enfrentou, e enfrenta muitas dificuldades.

Dificuldades particularmente de uma Cidade sem tradição industrial, como Curitiba. E não exagero ao afirmar, dificuldades de um Estado sem tradição industrial, como o Paraná.

Vossa Excelência que conhece a história deste Paraná sabe que, até 1960, apesar de algumas tentativas, todas elas frustradas, o Paraná não tinha condições de instalar um parque industrial, por falta de energia elétrica. Nessa década de 60, Deputado Nilton Friedrich, Curitiba tinha racionamento de energia elétrica e nós tínhamos algumas estações geradoras de energia movidas a Diesel, na Capital para que a noite não chegasse para os paranaenses de Curitiba. E nós sabemos perfeitamente que, no regime econômico adotado pelo Brasil, historicamente, ou seja, o capitalismo, sem um processo de industrialização é muito difícil que se tenha um desenvolvimento compatível com as necessidades do nosso povo, e Curitiba, como centro urbano, como Capital, com a obrigação de absorver inclusive o fluxo migratório do Interior para a grande cidade, estava diante de uma grande dificuldade, feita uma projeção para o futuro. De que forma gerar empregos, de que forma absorver este fluxo migratório, senão através de um processo de industrialização até mesmo agressiva?

Vossa Excelência tem plena razão quando coloca as dificuldades ainda hoje persistentes na Cidade Industrial, mas para quem sabe a importância de um emprego particularmente na crise dos dias de hoje, sabemos que a Cidade Industrial de Curitiba gera, entre empregos diretos e indiretos mais de 30.000, é extremamente importante, sobre tudo se Vossa Excelência multiplicar esses 30.000 trabalhadores pelos seus dependentes que digamos sejam, miseravelmente, 3, e, nós teremos aí 90.000 pessoas já dependendo da Cidade Industrial de Curitiba. Os investimentos que foram feitos? Claro, são necessário, Vossa Excelência mesmo reconhece, infra-estrutura, pavimentação, energia elétrica, água potável e outros investimentos como, serviço de telefone, de telex, tudo isso, necessário. Mas como homem de Curitiba, Deputado Nilton Friedrich, como cidadão nascido,

criado e feito nesta cidade, e como homem que sente os problemas deste grande centro urbano há muitos e muitos anos, nós não podemos deixar de reconhecer a importância social e econômica da Cidade Industrial de Curitiba. Talvez as dificuldades sejam o ônus de um pioneirismo, até pelo zoneamento feito para que ela fosse aqui instalada.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte.

É óbvio que, em alguns pontos há concordância, em outros há uma extrema divergência, como veremos até na sequência do nosso pensamento, porque, não há dúvida que a opção pela industrialização não só é uma necessidade, como até uma evidência; agora, que tipo de industrialização, a que custo? Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuamos:

Não há que se esquecer em nenhum instante, que, o tipo de empresas que predominam na própria Cidade Industrial de Curitiba, pertence à classe das indústrias de ponta e por serem intensivas em capital, exatamente o tipo que não é adequado às necessidades deste País. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 20 bilhões de cruzeiros, o investimento, e não faz parte do conjunto de pontos básicos determinados para realizar investimentos não só com o dinheiro público, como também, de empréstimos.

Como dizíamos, o BADEP, das 109 empresas em operação na Cidade Industrial, pelo menos 54 receberam dinheiro daquele Banco. E não geraram entretanto mais do que dez mil, 573 empregos.

É bom lembrar que isto se refere apenas a investimentos, por termos abandonado por hora os financiamentos. Porque a preços correntes, estes financiamentos chegaram a dois bilhões cento e vinte e oito milhões de cruzeiros. E se aplicado grosseiramente o mesmo cálculo de deflação e inflação utilizado para recompor os investimentos a preços constantes em 80, teremos cerca de dez bilhões de cruzeiros financiados via BADEP no Paraná.

Mas o jornal "O Estado do Paraná" recentemente, ouvindo uma série de personalidades, entre políticos, secretários de Estado, técnicos e empresários sobre a recessão no Paraná, chegou a ouvir o Presidente da CIC S.A., Sr. Luiz Groff, que proferiu a seguinte frase: "o nível de empregos em Curitiba é ridiculamente baixo, aviltantemente baixo. E apesar de todos os investimentos e financiamentos voltados à CIC neste anos, a situação das empresas vai de mal a pior. Das 160 empresas anunciadas pela CIC S.A. como domiciliadas nesta área industrial, apenas 99 estão em operação total; ainda em projeto, algumas se retirando, existem 22. Em obras dez. Início adiado 9 e paralisadas 11, todas as empresas em operação oferecem no máximo 20 mil empregos".

Para se ter uma idéia da situação do retorno dos investimentos em emprego, e mesmo da saúde da indústria paranaense, deve-se tomar atenção para os dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estatística (Dieese), que anunciou no mês de maio que Curitiba perdia cerca de mil empregos por mês, ou seja, o correspondente a uma fábrica de médio porte era fechada por aqui. E isto reverberou em diversos campos, como diriam os economistas "a montante e juzante", atingindo inclusive o fornecimento de energia pela empresa mista COPEL. Esta empresa teve que rever toda a sua programação de obras, o seu próprio Presidente reconheceu, ainda que tarde, que era hora de parar com "obras de vulto", porque a demanda de energia não corresponde, em termos de crescimento, às projeções da COPEL. Em parte já está respondido o Deputado que já nos aparteu antes.

E o Estado, como arrecadador de impostos, deve ter sido também o desaguadouro dos problemas enfrentados pela indústria e, conseqüentemente, pela queda de consumo decorrente do desemprego em massa em Curitiba.

Há alguns dados entretanto, que permitem outros raciocínios. Enquanto a CIC se caracterizou pelo recebimento de indústrias de ponta, a rigor de capital intensivo, baixa oferta de empregos, apesar do modelo econômico exigir pelo menos 9 mil novas locações na indústria por ano em Curitiba, a CIC produziu 2.800 ao ano. O retorno em termos de impostos tem sido relativamente alto. Pelos dados levantados pela antiga URBS, (hoje CIC S.A.), os investimentos realizados (seu dado é de 17 bilhões) foram pagos pelo IPI gerado (igual valor) em 1980. O ICM gerado foi de um bilhão, 480 milhões em 80, e o valor das exportações foi de 28 milhões de dólares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este retorno de capital ao Estado, parcela do faturamento industrial intenso, demonstra, ao se debater com o número de empregos gerados, o tipo de indústria que não necessitamos nem no Paraná e nem no Brasil, a rigor.

O País está necessitando de empregos. Do ponto de vista de grande parte da população, não há como controlar a aplicação do dinheiro arrecadado porque invariavelmente tem sido desviado para finalidades de pouco interesse popular; e o próprio Governo reconhece hoje que não tem como controlar o faturamento das empresas e o repasse dos custos aos produtos ao nível de consumidor.

Aliás, até recentemente no debate sobre a questão previdenciária, o Ministro Jair Soares, em suas declarações explicava, porque não tributava mais as empresas de capital intensivo multinacionais e em empresas com faturamento alto.

Não necessitamos a rigor, de investimentos que venham gerar pouquíssimos empregos. Em determinadas empresas que em construção vão merecer investimento de 300 milhões de dólares e produzir 650 empregos. Não precisamos de mais empresas, inclusive como uma montadora tão festejada que custou, por baixo, 134 milhões de dólares, e abriu 1.100 vagas. Nestas empresas, o custo de um emprego chega a índices absurdos. Se dividirmos, só por exemplo, o investimento da ULTRAFÉRTIL pelo número de vagas, veremos que a cada 36 milhões e 920 mil cruzeiros, se produz um emprego. Na própria Volvo, Sr. Presidente, que a relação é menor, mas ainda alarmante, a cada emprego foram necessários 9 milhões de cruzeiros.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Nelson, pedi este aparte, para, na oportunidade contestar uma afirmação do Deputado Airton Cordeiro.

A tradição paranaense ao contrário do que tudo indica, é exatamente de um Estado industrial.

O Paraná foi até a década de 40 um dos Estados em que o seu produto interno era grandemente influenciado pela indústria e não pela agricultura.

Só a partir da pós-guerra, quando o modelo consumista brasileiro se consumou, é que nós deixamos de ser um Estado onde a influência da indústria era forte e marcante. Portanto, há uma tradição industrial no Paraná.

Se nós lembrarmos que a indústria paranaense da madeira e do mate, só para citar duas só, veremos que o Paraná anterior à década de 40 era um Estado industrial. O que houve, isto sim, é que aqueles capitais gerados pela indústria, não foram, não voltaram e não mantiveram uma indústria no Paraná. E aí chegamos a este estado de coisas que estamos hoje. É que as estatísticas são claras, basta olharmos o penúltimo boletim do IPARDES, para vermos que o consumo de energia elétrica e industrial, nos 12 meses que antecederam o mês de julho de 1980 para julho de 1981, houve um acréscimo mínimo, se não me fa-

lha a memória de 0,45 por cento, o que demonstra que a indústria paranaense não está crescendo, está estagnada. E estagnado num Estado como o nosso, num País como o nosso crescimento zero, é recessão.

A indústria realmente não está aumentando. E chegamos ao cúmulo de sermos o Estado que mais produz suínos, por exemplo, o Estado que mais produz milho, e comemos a galinha e o salame que vem de Santa Catarina.

Não bastasse este dado tipicamente do setor industrial, nós temos aí a prova incontestável que o nosso ICM em relação aos demais Estados do Sul está diminuindo. Portanto realmente não há um desenvolvimento industrial e os números da cidade industrial, ou da SANBRA e das grandes moageiras de soja de Ponta Grossa e fato, são números meramente números, porque não reflete as necessidades, estão aquém das necessidades de emprego, no nosso Estado. E eu gostaria até, por uma feliz coincidência eu tenho em mãos aqui um editorial "Il Piccolo é bello", do Boletim da Federação do Comércio do Estado do Paraná. E é impressionante como o problema paranaense se amolda exatamente a uma campanha que foi feita na Itália, já há algum tempo atrás e que resolveu o problema da industrialização italiana, obrigando as grandes indústrias italianas, a se dividirem, porque se dividindo e se transformando em pequenas indústrias, elas tinham favores exatamente da Previdência Social. E é a Federação do Comércio do nosso Estado, que está propondo que adotássemos e começássemos a brigar, exatamente em cima do modelo italiano. Por isso, quando Vossa Excelência traz à Casa, esse pronunciamento em relação à industrialização do nosso Estado, me parece oportuno que todos nós, déssemos uma olhada, nesse Editorial que está transcrito na "Folha do Comércio" e que inicialmente vem da Federação do Comércio do nosso Estado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte. E vem confirmar exatamente a nossa preocupação. Aliás o próprio editorial, se entendi a tradução, "o pequeno é belo", e aí entra em choque o que acabamos de ouvir do vice-Líder do PDS, quando entende que tinha que se fazer a opção industrial; não há dúvida. Mas que tipo de industrialização? Uma industrialização que custa 9 milhões de cruzeiros para gerar um emprego? Uma indústria que se instala e que para gerar um emprego foram necessários 36 milhões? Em que o Estado gasta 20 bilhões de cruzeiros, para gerar menos de 20 mil empregos diretos?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós vamos responder com os próprios dados que são oficiais. Eis uma comparação que nós não podemos dissociar, de maneira nenhuma. Ou o programa pró-micro está totalmente fora da realidade, ou a industrialização do Paraná é que está totalmente equivocada. Pelos dados da Associação Comercial de São Paulo, Sr. Presidente, levantados durante o ano passado, por economistas da entidade, cada nova oferta de empregos, gerada pelo setor, estatal da economia, demandaria mais de 2 milhões, a preços de 80. Nas multinacionais, o custo seria de mais de 600 mil cruzeiros, cada emprego gerado. E nas empresas nacionais, em torno de 400 mil cruzeiros, o custo de cada emprego gerado.

A análise feita por este mesmo economista, Dr. Emílio Maria Auferi, concluía ainda que estes custos eram altíssimos, devido ao privilegiamento dado às indústrias de capital intensivo nos últimos 12 anos; o que aconteceu na CIC.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Logo em seguida, após oferecer ao Deputado Fidelcino Tolentino, darei com prazer.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E mais, Sr. Presidente, que só a mudança no campo, com a criação de agro-industriali-

zação, poderá efetivamente amenizar a situação. Mas não podemos esquecer destes dados, destes detalhes. Se praticamente, gastamos 20 bilhões de cruzeiros, para criar a cidade industrial; e geramos 20 mil empregos, qualquer um faz o cálculo de quanto custou cada emprego gerado. E a pró-micro, a pequena empresa, para gerar cada emprego na pequena empresa, menos de 300 mil cruzeiros. Eis aí uma opção que fez o Governo do Paraná. Eis uma opção que fez o Governo brasileiro. E aí estão os resultados: - pouco emprego, e tipo de indústria altamente de capital intensivo, indústria de ponta; altamente automatizadas, de uma tecnologia normalmente importada, e portanto, exigindo grandes investimentos, grande capital e gerando pouquíssimo emprego.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, usariíamos, tomando a liberdade, mais 10 minutos do horário da Liderança, para concluir.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Continua com a palavra o Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson, Vossa Excelência, como nós outros, temos defendido a descentralização de implantação de parques industriais ou de descentralização das indústrias que procuram se aglomerar na Capital, mas através de um plano de Governo, através de uma discussão ampla com os setores não só setores econômicos, mas os segmentos responsáveis pela sociedade paranaense, pelos interesses do Estado do Paraná.

E é por causa deste mesmo pensamento, que no Oeste do Paraná, tem-se levantado a voz das Associações Comerciais, através de um programa defendido por nós, e principalmente por Vossa Excelência, aí dessa tribuna, o chamado PRODESIN, cuja geração de empregos, através de implantação de pequenas indústrias, nos polos de desenvolvimento sócio-econômicos e industriais do Estado do Paraná, do Oeste do Paraná, especificamente, no eixo principalmente de Cascavel-Foz do Iguaçu, Cascavel-Toledo-Guaíra, e a geração dos empregos está estimada em torno de 250 mil, o que corresponde a um valor muito mais baixo do que o apregoado pelo já dinâmico e indiscutível parque de São Paulo, que tem toda uma infra-estrutura à sua disposição.

Agora, o que assusta, Deputado Nelson, com relação a Cidade Industrial, é que foi feita uma "baita" propaganda, uma divulgação astronômica.

E eu pergunto a Vossa Excelência: além da Volvo, que é junto com algumas outras, exceção da Cidade Industrial, quais as empresas novas que se implantaram?

Eu até indagaria: não seria uma transposição de muitas empresas já implantadas no Estado do Paraná, que apenas se transportaram para a CIC, como foi, por exemplo, a Mueller Irmãos S.A., e algumas indústrias de madeira que lá se encontram, com exceção de apenas algumas indústrias que estavam praticamente no centro da cidade, indústrias de confecção de tecidos.

Quais as empresas novas que esta aplicação de 20 bilhões de cruzeiros, gerou para o Estado do Paraná?

E pergunto mais ainda: o que vai fazer esta empresa Binacional ITAIPU, que vai gastar 18 bilhões e meio de dólares? É o último cálculo feito; de 6,5 para 18,5 bilhões de dólares, segundo o jornal "O Estado de São Paulo" de hoje. O que vai trazer para o Paraná, além dos 820 km² de inundação que o lago vai fazer?

O Governo precisa fazer urgentemente uma reavaliação de suas metas. Precisa fazer uma reavaliação de sua política econômica, e setorial, principalmente neste campo, para adequar o Paraná com a descentralização; para não permitir mais este êxodo rural; para não permitir mais que os grandes investidores que extraíam da madeira grandes lucros, que se transportem para o Mato Grosso, e lá aumentem também o desequilíbrio ecológico já criado aqui no Estado do Paraná.

O Governo precisa se reprogramar.

É a hora, Deputado Nelson, de se passar da fase extrativa para a fase de industrialização, para o setor secundário de geração econômica, de riquezas econômicas.

Esta é a ponderação que eu queria fazer, e mais uma vez enfatizar: o Governo tem em mãos, já o projeto do PRODESIN. Pelo menos estude as ponderações dos setores capitalistas do Oeste do Paraná, dos empresários do Oeste do Paraná.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço.

O PRODESIN é uma proposta entre tantas outras que, por certo, estão em sono esplêndido, nas gavetas de Planejamento, Indústria e Comércio e outros órgãos do Estado.

Porque, a proposta é exatamente atender a micro-empresa. E não tenham dúvidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, de maneira científica está provado que devemos privilegiar a pequena empresa. Porque, além da pequena e média empresa responderem por oitenta e dois por cento dos empregos gerados no País, o custo de cada emprego, na pequena empresa, está muito aquém da metade do custo gerado, por exemplo, pelas multinacionais.

Esses são dados irrefutáveis. E está aí, Deputado Tolentino e demais companheiros que estão acompanhando este raciocínio: a questão básica é que se fez uma opção de planejamento neste País, é a política de entreguismo que está por trás. É a visão clara do monopolismo de capital. E aí não há dúvidas que devemos optar o quê? Pelas indústrias de ponta, de capital intensivo, mesmo que custem o máximo de poupança do País para gerar cada emprego e mesmo que os empregos gerados sejam poucos, pela tecnologia gerada, pela alta tecnologia aplicada, pela automatização desenvolvida.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e vejo, em seu pronunciamento, um dos mais sérios e que está, realmente, chamando a atenção desta Casa.

A industrialização de um país, de uma cidade, de um Estado, é indispensável. Todos necessitam da industrialização. Agora, essa industrialização forçada, conduzida, privilegiada, não nos levou a coisa nenhuma, nobre Deputado.

Na hora em que se fizer uma análise dessa industrialização que proporcionou a criação de vinte mil empregos, de 1960 para cá, e na hora em que se atentar para a estatística da área produtiva da zona rural que foi desativada, desorientada, abandonada, e que proporcionou, aproximadamente, 800 mil "bóias-frias". Então, nobre Deputado, é um alerta, a nosso ver, muito sério. O Estado está necessitando, realmente, de uma organização mais justa e efetivamente mais séria.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte que, realmente, vem casar com a nossa opinião. E não temos dúvidas e a experiência está aí para provar: o Estado que faz o investimento que fez, para gerar o número de empregos que aconteceu, ao mesmo tempo se esquece e não consegue se impor para fazer a moagem do trigo, ao menos necessário para o consumo dos paranaenses.

E a minha região que produz trinta e sete por cento do trigo nacional, não conseguiu cotas de autorização para moer ao menos o consumido na região.

E, ao mesmo tempo, a Central de Cooperativismo da região lutou, há muito tempo, e não conseguiu, depois proble-

mas administrativos aconteceram, para implantar um processo industrial de esmagamento da soja. A alegação é de que já estava saturado esse setor. Três meses depois, quando o Conselho de Desenvolvimento Industrial, em Brasília, dizia que não poderia autorizar porque esse setor já estava saturado, a SANBRA que é uma multinacional, consegue autorização para ampliar a sua industrialização de esmagamento de soja.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está muito clara a faceta desse modelo de desenvolvimento que o Governo do Paraná apóia integralmente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que resta apenas um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que esse setor da economia, entretanto, tem sido, no Brasil, o paraíso das multinacionais.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, pela Ordem, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Eu comunico a Vossa Excelência que o nobre Líder Nelson Friedrich poderá continuar na tribuna, usando o horário restante que cabe ao nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem então mais cinco minutos.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a Liderança e a Presidência, e a benevolência do Deputado Fidelcino Tolentino, que usaria os cinco minutos restantes.

Mas, no mesmo livro A Invasão Americana, nós reproduzimos mais um trecho interessante, Sr. Presidente:

"O movimento das empresas multinacionais na agricultura é adequadamente compreendido, quando inserido no movimento mais amplo do capital monopolista internacional, e na dinâmica imperialista dos países industrializados, promovendo e apoiando o avanço para outros países, dos seus capitais privados, sob a forma de empresas multinacionais".

Assim, devemos nós, Sr. Presidente, tanto no Paraná como em qualquer outro Estado, lutar pela implantação de empresas nacionais nas áreas de produção, já que, todos os dados têm demonstrado a rentabilidade para as multinacionais, paralela ao número de empregos.

Diz o Presidente da CIC S/A., recentemente: "que, não adianta descentralizar a economia, pois esta tentativa pode, é, espantar as indústrias de ponta que se instalariam em Curitiba.

Para a CIC S/A, interessa, os dividendos que, da indústria, não interessa a cor do seu sangue, possa gerar. Mesmo reconhecendo ser ridículo o nível de empregos gerados pela CIC S/A. Entretanto, a sociedade, Sr. Presidente, e a população paranaense especialmente, Srs. Deputados, não pode contentar-se em ceder espaço ao capital monopolista, caracterizado pela sua intensidade sem contrapartida, e os espaços, se devem ser ocupados pela indústria a dinheiro muitas vezes retirado dos cofres públicos, deve privilegiar a mão-de-obra, o emprego e, sobretudo, atuar onde se produz a matéria-prima e onde se liberou a mão-de-obra em decorrência da agricultura extensiva e de maneira mono-instalada.

Além da vocação pela matéria-prima existente, é lá onde se liberou a mão-de-obra em decorrência do tipo de agricultura extensiva e da monocultura desenvolvida, é que devem ser os pontos básicos para esta descentralização.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Friedrich, eu digo que, o tema que Vossa Excelência aborda hoje é de extrema importância, fazendo uma análise que nos leva a crer que, muito embora a

idéia da Cidade Industrial tenha sido válida, mostra claramente de que, os seus resultados não atingiram os objetivos esperados, e que o modelo industrial que ali foi implantado não atendeu legitimamente os altos interesses do Paraná. E eu gostaria aqui, se Vossa Excelência me permitir neste breve aparte, de, dar uma sugestão: para que Vossa Excelência reapresente aquele seu Projeto de Descentralização Industrial. Porque quando Vossa Excelência fez um pronunciamento no mês de setembro do ano passado, o achei de fundamental importância, e solicito que Vossa Excelência reapresente aquele projeto, porque inclusive estou acabando de coletar dados da minha região, da região de Campo Mourão, então, eu poderia dar-lhe subsídios da minha região, para que Vossa Excelência reapresente aquele Projeto e o faça daquela bandeira, uma bandeira de todos os Deputados desta Assembléia para que, realmente, levemos empregos às regiões onde há milhares de desempregados, motivados pelo modelo agrícola que foi implantado através dos altos interesses de um modelo agrícola que levou como objetivo primordial, a exportação e não o bem-estar do brasileiro.

Eu o cumprimento e apresento esta sugestão, para que, Vossa Excelência volte à tribuna oportunamente e reapresente aquele Projeto, com novos subsídios, que inclusive da minha região fornecerá a Vossa Excelência, para que lutemos e consigamos que essas regiões que foram efetivamente esvaziadas pelo modelo econômico, tenham um pouco de volta e possam colocar aquela mão-de-obra que está lá esperando ser ocupada.

Eu agradeço.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Fico grato e concluo agradecendo o aparte do Deputado Darcy Deitos dizendo que voltaremos pela quarta vez a tentativa de, como sugestão, que o PRODESIN fosse implantado.

Concluo dizendo, Senhor Presidente, que o nosso papel é questionar e propor também investimentos e exigências. O nível mínimo de emprego como condição para instalação de indústrias, não precisamos ceder tanta infra-estrutura cara, para retorno tão baixo Senhor Presidente.

Precisamos a produção de bens voltados para as necessidades da população, porque isso é o círculo causal: mais se produz produtos populares, mais se consome e mais se consumindo, mais indústria; mais indústria mais emprego, mais emprego também significa portanto uma melhoria das condições de vida. Também precisamos atender o controle da produção industrial de alimentos. Um estudo pormenorizado das vocações de cada área, a criação de exigências para a instalação de indústrias embasadas no seu potencial de criação de empregos — isso é básico — a luta contínua pela reforma agrária, para evitarmos esse tipo de êxodo que está existindo no País. A regionalização urgente da indústria; incentivo ao sistema de pequenas indústrias e cooperativas para o processamento da matéria-prima e a estimulação da comercialização direta, como se propôs durante o INCLAC, pelos próprios produtores, entre produtores e sindicatos.

Estas são as medidas de caráter imediato que nós propomos, muito acima de críticas e que devem ser consideradas, tenho certeza, senão por este, mas pelo novo Governo que por certo, terá uma visão mais dinâmica, democrática e aberta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Mesa registra a presença neste Plenário do Vereador Benedito F. de Oliveira, da Câmara Municipal de Paissandu.

Consulta as Lideranças do PP e PTB se desejam fazer uso do horário reservadas aos Partidos. — (Declinam).

Consulta a liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Usará a palavra o Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu prometo que me empenharei num estudo mais profundo do pronunciamento feito há pouco pelo Deputado Nelson Friedrich, para trazer a esta Casa, uma versão também dada por aqueles que estimularam a criação da Cidade Industrial de Curitiba.

Nós ouvimos no aparte ao Deputado Nelson, feito sem dúvida com muito esmero, com muito cuidado, o aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, que colocou em dúvida, a implantação de novas indústrias na CIC. Como eu não tinha conhecimento prévio do pronunciamento e como não cabia nenhuma obrigação ao Deputado que o proferiu, dar ciência a esse Deputado e a nenhum outro do seu conteúdo, eu apenas gostaria de dizer que, ao lado de empresas eminentemente paranaenses, com capital do Paraná, como a PLASTIPAR, a CIPLAST, a INEPAR, VARASCHIN, nós tivemos a implantação de empresas como a NEY HOLLAND, a SIEMENS, a GRONAU, a SONY na Cidade Industrial de Curitiba.

Então realmente é muito difícil a gente aceitar uma crítica tão violenta à Cidade Industrial de Curitiba, sem que se conheça a realidade da CIC e sem que se conheça a própria realidade de Curitiba. Dizer que a VOLVO seria uma exceção, ora meus amigos, é nunca ter passado por perto da Cidade Industrial de Curitiba.

Mas realmente acho que o pronunciamento tem o seu valor e por ter valor nós vamos voltar a esta tribuna, para trazer subsídios acerca da implantação da Cidade Industrial de Curitiba.

O que nos traz efetivamente à tribuna nesta hora é a mensagem governamental, entregue ao Presidente desta Casa, ilustre Deputado João Mansur e já lida no expediente sobre o aumento concedido ou a ser concedido aos servidores públicos do Paraná.

Nesses últimos dias, por convocação do Presidente da Comissão de Instrução Pública, Deputado Del Ciel, com a participação de inúmeros Senhores Deputados desta Casa, nós ouvimos o Senhor Secretário da Educação por três vezes e ouviremos amanhã, as Lideranças do Magistério do Paraná, para que esta Comissão Técnica tenha condições de formar um juízo da situação e de poder formular um posicionamento absolutamente imparcial, absolutamente isento, num clima da mais absoluta cordialidade, porque tenho a convicção de que nenhum de nós pretende que este estado de coisas perdure. Nenhum de nós quer que a juventude do Paraná continue sem aulas e nenhum de nós quer que o caos se instale na educação do Paraná.

Por isso nós ouviremos amanhã a Associação dos Professores do Paraná.

O Governador Ney Braga, sensível a este problema, hoje assinou a mensagem que já foi remetida a esta Casa, concedendo 30% de aumento aos servidores públicos do Paraná e dizendo com muita clareza, e nas palavras do Governador, nós sentimos toda a sinceridade de alguém que se preocupa realmente com o problema social, de que o Paraná hoje faz mais do que pode fazer para atender ao seu funcionalismo e nele se inclui esta laboriosa classe do Magistério.

E mais, Senhores Deputados, o Paraná assume uma posição de vanguarda no País, porque é um Estado que em menos de doze meses, oferece aos seus servidores, o segundo aumento salarial.

Isso tem que ser reconhecido, isso precisa ser enaltecido, a fim de que nós tenhamos uma perfeita compreensão do seu significado.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero antes de continuar, conceder o aparte ao ilustre Deputado Del Ciel, que tem, como nós participado das reuniões da Comissão de Instrução Pública e que como Presidente desta Comissão tem agido de

uma forma liberal, de uma forma aberta e de uma forma absolutamente imparcial.

O Sr. Del Ciel — Nós solicitamos o aparte inicialmente para complementar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz nesta oportunidade do Parlamento Paranaense, assim como os pronunciamentos anteriores, relatando e analisando a situação muito especialmente do quadro educacional do Estado do Paraná.

Para se fazer justiça realmente a quem de direito, não poderia deixar de fugir a oportunidade para render ao Senhor Secretário dos Negócios da Educação do Paraná, Sr. Edson Machado pela atenção que dispensou a esta Comissão Técnica, Comissão de Instrução Pública, Comissão de Educação, agora com seu nome “reformulação” para uma denominação mais adequada, projeto de autoria do eminente parlamentar que se encontra na tribuna, já aprovado por este Parlamento, por ter de render esta homenagem e este reconhecimento ao Senhor Secretário do Estado, pelas horas a fio de trabalho que desenvolveu junto a esta Comissão Técnica do Parlamento paranaense que, desenvolvendo este trabalho através dos representantes de todos os partidos políticos e pela postura do Senhor Secretário de Educação de nosso Estado, estes trabalhos certamente pesarão no valor e na conceituação deste Poder.

Vimos que devemos manter a condição de Magistrado, na condição de Presidente desta Comissão Técnica do Poder Legislativo, Vossa Excelência tem retratado a postura e o posicionamento do nosso partido político com relação ao quadro vivido no setor educacional do Paraná e estamos a aguardar, por solicitação de Vossa Excelência na reunião de ontem, a manifestação das lideranças do Magistério do Paraná, por escrito à nossa Comissão Técnica na tarde de hoje para posteriormente, no encontro de amanhã, a Comissão de Instrução Pública quiçá conseguir registrar a sua participação com uma grande contribuição para solucionar os problemas educacionais vividos em nosso Estado.

Mas, como vimos até agora, sem fugir da condição de magistrado, entendemos que a educação está conquistando grandes pontos de vantagem com o prestigiamento que vem recebendo do Governador Ney Braga e do Secretário de Educação de nosso Estado, Edson Machado, pelo grande trabalho desenvolvido na pasta educacional em nosso Estado. Agradeço a Vossa Excelência, pedindo escusas por ter me alongado neste aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O agradecimento é nosso. Vossa Excelência mencionou bem, especialmente quando se referiu, Deputado Del Ciel, à presença do Secretário de Educação. Aliás, na reunião de ontem que se iniciou às 17:00 horas e que se prolongou até 20:30 horas, o Secretário Edson Machado fez distribuir aos Parlamentares presentes, uma série de dados, de informações que creio são bastante úteis, não só para os Deputados que integram esta Comissão Técnica, mas como também para todos os Deputados desta Casa. E aqueles que se interessarem pela matéria e se preocuparem com a realidade da educação do Paraná, pesquisando estes dados, encontrarão subsídios para a formulação de pronunciamentos e, no mínimo, para o entendimento da situação atual de nosso Magistério.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Airton Cordeiro, se ouvi bem, Vossa Excelência se referia à benevolência do Governo do Estado com relação à mensagem de aumento que esta Casa está recebendo agora. Realmente, é uma posição que a se julgar pelo passado recente, ela é de ser enaltecida tanto quanto se enaltece a investidura do Vice-Presidente no cargo de Presidente por uma questão de saúde.

Claro que guardadas as proporções, evidentemente há um avanço de interpretação de direitos que os funcionários públicos vêm perdendo ao longo destes anos. Quero crer que trará, — ainda que não seja a expressão de nosso pensamento, de nossa

tese, mas é uma forma conciliatória, um alento para os servidores, de certa forma; porque sobre estes 30% incidirão também as vantagens do funcionário público. E aí que se constitui um benefício. Mas principalmente para os que ganham mais.

Agora veja Vossa Excelência, — e a minha tese tem sido insistente nisto, enfática, de que o Governo precisa estabelecer um critério gradual, para se estabelecerem tetos sobre os quais a elevação seja calculada. Porque da forma como está sendo feita, há um nivelamento para se manter um “status quo” e nós sabemos que a distribuição de renda do funcionário público não corresponde aos ditames da justiça.

Somente neste caso que quero fazer, por antecipação, este reparo e este meu protesto. No mais, penso que nas discussões vindouras sobre a matéria nós esmiuçaremos este assunto. Preliminarmente quero crer que o Governo foi sensível aos apelos que tanto este Deputado, como Vossa Excelência, mas principalmente de nossa parte, temos feito seguidamente da tribuna, para transformar não esta quantia relativa a abono, mas essas concessões, esses aumentos, se transformarem em elevação de vencimento, como agora faz o Governo, demonstrando que o nosso pensamento parece correto.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço, e devo destacar, Sr. Presidente, que o Deputado Fidelcino Tolentino é realmente um Parlamentar que se preocupa bastante com este tipo de matéria. E o posicionamento de Vossa Excelência, com sinceridade, engrandece o Governo. Porque Vossa Excelência reconhece o esforço do Governo e Vossa Excelência é justo nesta análise que faz. Mesmo que excluamos os excessos das críticas.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Para reforçar, ou em reforçando uma tese, acredito eu por todos os parlamentares desta Casa, nós sempre gritamos no Parlamento Paranaense, em defesa de uma melhor distribuição das riquezas. E quando o Governo do Estado do Paraná adota um processo, buscando melhorar o rendimento daqueles que tiveram o seu poder aquisitivo dilacerado, ou consumidos pela inflação nós entendemos que as vozes devem ecoar neste Poder, reconhecendo a política social, implantada na atualidade no Estado do Paraná. Considerando a condição econômico-financeira, nacional, vigente em nosso País, está o Governo paranaense promovendo realmente uma reforma social, junto ao quadro do funcionalismo público estadual, procurando dar um melhor poder aquisitivo ao funcionalismo que, produzindo tanto, esteja percebendo melhores salários na atualidade. E em assim sendo, nós fazemos registrar o nosso reconhecimento aqui e agora, do valor dessa política que se, face à situação, promove um crescimento menor naqueles que têm um salário já privilegiado, propicia assim condições, para elevar a remuneração dos trabalhadores deste Estado, que fazem parte da engrenagem administrativa do Paraná e que recebem salários ainda insuficientes, para a sua manutenção e dos seus familiares.

Agradeço a Vossa Excelência a oportunidade do aparte.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa, informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, eu concluirei, não sem antes conceder o aparte ao Deputado Lineu Turra, mas eu deixarei o tempo restante para Vossa Excelência. Apenas para dizer, Sr. Presidente que dada a urgência da tramitação desta matéria, ainda hoje a nossa Comissão de Constituição e Justiça, deverá ainda hoje, oferecer o seu parecer à Mensagem, para que esta matéria seja incluída na Ordem do Dia, logo no princípio da próxima semana.

O Sr. Lineu Turra — Eu apenas, Deputado Airton Cordeiro, para complementar o aparte do Deputado Del Ciel, queria dizer

que estou plenamente satisfeito, com as providências que se tomou pelo Governo, para dar melhores condições de salário ao funcionalismo; e lamento que no ano passado, também na mesma situação de dificuldades, quando nós pedimos que se desse o mesmo tratamento ao funcionalismo, não tivesse ocorrido. Então era só para registrar esta minha inconformidade de não se ter dado o mesmo tratamento no ano passado, e deixando apenas para conceder uma gratificação natalina que não satisfizesse aquilo que o funcionalismo público estadual estava esperando.

Muito obrigado, Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Apenas responderia rapidamente ao Deputado Lineu Turra, dizendo que era o que comportava o Tesouro do Estado, no ano passado, a Gratificação de Natal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nelson Friedrich, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, indicando o Sr. Deputado Lineu Turra, para substituir o Sr. Deputado Deni Schwartz, junto a Comissão de Constituição e Justiça. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 29/81), que cria cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual de Educação. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 30/81), que eleva para símbolo 1-C, os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4.615, e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H., por unanimidade. EMENDA DE PLENÁRIO, com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido projeto, diversas emendas.

A Mesa, a fim de que estas emendas recebam o parecer técnico, encaminha o projeto e as emendas à Comissão de Constituição e Justiça.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/81), que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Mariluz, os lotes de terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/81, de autoria do

PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 51/81), que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10, da Lei n.º 7.099, de 1979, dos professores, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Indiscutivelmente, o Paraná vem como todo o contexto brasileiro passando e atravessando um claro processo de reacomodação das suas diversas categorias de trabalhadores, depois, evidentemente de um período autoritário de 17 anos em que a compressão forçada, porque entendeu a elite dominante, pela sistemática chamada de reconstruir a economia nacional, penalizar em contra partida a base da pirâmide social, fazendo com que nas costas da classe trabalhadora deste País fossem colocados todos os ônus e todos os fardos desta chamada reconstrução.

Em razão disso, acabamos de assistir, Srs. Deputados a um processo alarmante de esvaziamento da remuneração salarial.

Mas, quando os ventos novos começam a soprar na sociedade civil e os seus diversos segmentos reaprendem o sentido da reivindicação, recuperam o espaço perdido as custas de um aparelho autoritário.

Este fato, também, Srs. Deputados, não poderia deixar de acontecer, em relação a uma das categorias dos trabalhadores que mais carregaram nas suas costas, os ônus deste período que é exatamente a categoria dos trabalhadores da educação englobados no Estado do Paraná, sobre a designação de professores, de especialistas da educação e agrupados no quadro próprio do estatuto do magistério.

E o processo reivindicatório, que começou no ano de 1968, representando uma primeira tomada de posição classista, configurada muito claramente como congresso de reflexão sobre as condições de trabalho e remuneração do professor.

Fizeram com que se pudesse assistir dentro deste Estado, a uma das fases mais aceleradas de consciência que uma categoria profissional pudesse assumir num prazo tão curto de tempo.

Mas também, é bom que se ressalte que esta tomada de consciência, se ela for muito clara, for muito nítida, for muito definida, na parte do trabalhador, ela também apresentou uma mudança substancial de configuração da parte confrontante, que é a autoridade estadual que representa a administração, e, por consequência, deve representar a outra face da moeda, que estabelece o vínculo profissional na prestação de serviço do setor.

Quem não se lembra, Srs. Deputados, do Congresso de 1968, quando os professores deste Estado, parализando as atividades escolares, lutavam por um estatuto mínimo, que lhes indicasse, exatamente, a diferenciação da sua atividade profissional em relação àquela atividade genericamente denominada como funções do servidor público.

Se, entretanto, Srs. Deputados, em 1968, o Governo do Estado teve em relação àquela categoria profissional, uma atitude no mínimo contestável, já, entretanto, nos últimos movimentos reivindicatórios, passamos a notar uma amadurecimento muito maior do Estado do Paraná, na base trabalhadora, pela consciência dos seus direitos, assumida pela classe como um todo, e da parte da administração estadual, o desejo de contornar

e até dissipar os pontos de impasse do contraste.

Ora, mais uma vez, o movimento reivindicatório dos professores está aí nas ruas e nos estabelecimentos escolares do nosso Estado.

O Governo do Estado procura tomar uma série de medidas, visando basicamente se contrapor às reivindicações da categoria profissional. E hoje, nós estamos, Srs. Deputados, a debater e a discutir três matérias configuradas nos projetos 69/81, 70/81 e 71/81.

E, ainda, hoje, esta Casa recebe uma mensagem propondo um aumento salarial de 30%, medidas estas que não podem ser analisadas de forma isolada.

Mas, ocorre que, na Mensagem 69/81, que objetiva regulamentar em campo mais amplo a Gratificação de Regência de Classe, a Comissão de Instrução Pública, ao obter um consenso entre as Lideranças das diversas Bancadas com assento nesta Casa, e ao propor a retirada dessas três mensagens, o fez com o intuito de que elas pudessem, numa reformulação à nível legislativo, receber aquela margem de segurança que fizesse com que essas mensagens alcançassem, efetivamente, o seu objetivo.

Assim é que no Projeto de Lei n.º 69/81, a CIP aceita e encampa duas emendas. Uma delas criando um aditivo especial ao Artigo 2º, que deixava ao arbítrio do Poder Executivo, a fixação dessa Gratificação de Regência.

Ora, se o projeto original rezava na sua forma genuína: "o valor da Gratificação de que trata essa lei, será fixado por ato do Poder Executivo", lei que deve ser genérica, lei que deve ser universal, lei que deve ser abrangente.

E esta Casa estaria retrocedendo no seu sentido de avaliar o diploma legal, porque a atribuir ao Poder Legislativo um arbítrio, e acima de tudo, uma delegação de poderes que, por prudência, por resguardo e pela prerrogativa própria que deve caber ao Poder Executivo, não se poderia, a princípio, pura e simplesmente, aceitar.

Mesmo porque, independente de quem componha o Poder Legislativo, independente de quem ocupe o Poder Executivo, na abrangência desta Lei, essa delegação de poderes não poderia ser atribuída, pura e simplesmente.

Então, vem a emenda proposta pela Comissão de Instrução Pública: "O valor da gratificação de que trata esta lei será fixado por ato do Poder Executivo, não podendo ser inferior a meio por cento do valor inicial do nível PA 1, por dia útil, efetivamente ministrada".

O que vem confirmar então, a gratificação hoje paga, garantindo, portando ao regente de classe, o mínimo, o piso dessa gratificação. Mas dando, aí sim, a delegação para o Poder Executivo de quem possa aumentar essa gratificação. Ainda mais que, no comprometimento moral de cavalheiros, entre os homens da administração estadual e as lideranças das diversas associações de professores, ficou estabelecido que o nível inicial do Quadro Próprio do Magistério, não deveria nunca cair abaixo de um piso salarial identificado como dois e meio salários mínimos.

Então, com esta Gratificação colocada na parte referente ao acréscimo, ao arbítrio do Poder Executivo, ele poderá, tantas vezes quantas forem necessárias, alterar este valor da gratificação, para mais, e assim este acordo de cavalheiros poderá ser cumprido por ambas as partes.

O nobre Deputado Gabriel Sampaio, apresenta uma Emenda também encampada pela Comissão de Instrução Pública estendendo os benefícios da gratificação de regência de classe, não apenas -aqueles que realmente sejam objeto imediato do espírito dessa Lei, qual seja, o de atrair o professor para a efetiva regência de classe, e não apenas para o trabalho educacional, mas indo mais além do que atribuir apenas esse atrativo àquele que esteja em regência de classe, mas, estendendo também esse benefício aos inativos, rezando portanto, o artigo proposto em forma de emenda:

"A gratificação de regência de classe de que trata esta Lei, será incorporada aos proventos de aposentadoria, desde que percebidos por período não inferior a três anos consecutivos, ou então, cinco anos alternados".

Quer nos parecer, Srs. Deputados, que no momento em que o Plenário desta Casa vier a aprovar essas emendas e vier a aprovar o texto do Projeto 69/71, estaremos então dando um passo à frente na solução de um impasse que, por ser extremamente grave e que representa acima de tudo, as consequências de um Estado que é pioneiro na sua fase de colonização, mas que apresentou também uma mudança rápida demais na sua paisagem econômica nos últimos 17 anos, provocando uma alteração no quadro paranaense, fazendo com que as pequenas cidades se esvaziassem, paralelamente e simultaneamente apresentando o País, um período longo e tenebroso de 17 anos de autoritarismo impedindo conseqüentemente a maior condição de reivindicação, esse projeto pode representar um passo a mais na escalada da solução desse impasse. Digo um passo a mais, porque realmente a educação do Paraná como um todo, ela deve ser repensada, deve haver um sério processo de reflexão, porque efetivamente o modelo educação do Paraná não atende aos anseios, não atende as necessidades e não atende os sonhos de famílias paranaenses, e da realidade concreta e objetiva, que vivemos.

Estado agrícola mas que, em função de um modelo totalmente voltado para o mercado externo, vê os seus campos serem esvaziados; um Estado, Srs. Deputados, que pode apresentar algumas cidades tendo hoje, no recenseamento de 1980, uma população inferior ao que tinha de eleitores na década passada, em 1970.

Ora, isto, sem dúvida alguma, representa uma dispersão e um redirecionamento de eixo e de grau do interesse da população que trabalha e opera no Estado do Paraná.

Estado que, agrícola na sua vocação, tem entretanto uma população urbanizante, no seu desejo de procurar uma melhor qualidade de vida, e enquanto observamos, Srs. Deputados, que os grandes centros urbanos passam a demonstrar verdadeiros anéis periféricos de miséria, observamos entretanto o nosso interior com casas desocupadas sendo demolidas, e o Paraná, cuja projeção demográfica para o ano de 80, segundo os dados da Secretaria de Planejamento, seria de 10 milhões e 500 mil habitantes, tem a surpresa de encontrar nos seus dados do IBGE, de 1980, uma população inferior a sete milhões e 500 mil habitantes.

Um Estado, planejando para um universo demográfico de 10 milhões e 500 mil habitantes, um povo produzindo para uma população efetiva de 7 milhões e 500 mil habitantes.

É um ponto sério de reflexão. São projeções oficiais para 3 milhões de fantasmas que não existem, que estão hoje no Paraguai, que estão no Mato Grosso, na Amazônia legal, que estão nas grandes regiões metropolitanas.

Mais um fantasma, Srs. Deputados, presente isto sim, no dia a dia do nosso cotidiano, porque são as cidades em vias de metropolização como Cascavel, Umuarama, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Curitiba, que apresentam um afluxo migratório e cuja capacidade urbana de receber, de incorporar e de integrar essa corrente migratória, torna-se totalmente dis-
cutível da capacidade que este Estado tem.

Se olharmos, Srs. Deputados, que no quadro educacional, o Estado do Paraná se dá ainda ao ônus de, nas diversas projeções que faz, de aplicar no tocante ao ensino de terceiro grau, ao ensino superior, uma rede que foge à realidade concreta do Paraná, Estado que tem sob sua responsabilidade a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá e mais 10 escolas de ensino superior isoladas, além das subvenções que de ofício se vê obrigado o Estado a contribuir para as fundações municipais.

Ora, para onde se quer chegar com este raciocínio, Srs. Deputados, para uma realidade muito próxima de todos nós.

Saimos de uma sociedade eminentemente agrícola, patriarcal portanto, onde a família exercia realmente uma possibilidade de controle, de atendimento e de acompanhamento da vida do menor, podendo, conseqüentemente, colocar esse menor na sala de aula, aos sete anos de idade, entregando então à rede escolar o seu sentido de complementação, a partir dessa idade.

Ora, mas se formos observar entretanto, que a realidade urbanizada do Paraná, dentro de uma sociedade de consumo e de uma sociedade industrial, que criam anseios novos, que criam necessidades novas e, conseqüentemente também, Srs. Deputados, provoca uma aceleração no processo de desenvolvimento e, por via de conseqüência no processo de traumatização, de marcas na vida da criança, não se pode entender o dispêndio do Paraná com três Universidades Estaduais, com dez escolas isoladas de ensino superior e, em contrapartida, com uma rede praticamente inexistente de educação pré-escolar.

O que era, bom ontem para a sociedade rural, a educação escolar começando aos sete anos de idade, não serve e não é bom hoje para a sociedade industrial, para a sociedade urbana, para a sociedade de massa, para a sociedade de anseios e necessidades, de frustrações, com esta mesma idade.

É claro, Srs. Deputados, que a pura e simples aprovação da Mensagem configurada no Projeto 71/81, ela irá representar apenas um degrau a mais, mas o impasse não estará resolvido.

A estrutura paranaense procura hoje festejar a cumieira, sem entretanto ter cavado os alicerces do edifício educacional. E daí se entendem os dados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que tratava do assunto do menor abandonado. Pode claramente o Paraná apresentar nas ruas de suas grandes cidades, nas margens das rodovias e das ferrovias, aquela legião que a sabedoria popular antigamente chamava de "anjos", mas o medo e a insegurança do homem urbano chama de pequenos marginais, que são os menores abandonados, carentes, desamparados, marginalizados, isto não será resolvido com este corpo de mensagens.

Muito embora a extensão da gratificação de regência ao ensino pré-escolar, representa apenas uma fresta insignificante diante do grande quadro de desalento porque passa o Paraná, no tocante à formação de sua futura geração. Seiscentos mil menores carentes e abandonados. Estes representam hoje, ao lado de um exército de 800 mil trabalhadores avulsos, desempregados, subempregados, explorados, chamados pelo humor negro de "bóias-frias", que o Paraná está perdendo o desafio da atual geração.

Mas, ao permitir também esta inversão na ordem de valores na sua rede educacional, está perdendo também a geração de amanhã.

800 mil desempregados, subempregados, perambulantes e migrantes por este Estado.

Fora do processo de produção, fora do processo social, fora do processo econômico, fora do processo político, fora daquela condição de imagens e semelhanças do próprio Deus.

Mas o número acelerado de crianças abandonadas, para as quais uma rede séria de creches a nível de fábrica, a nível de conjunto residencial, a nível de quadra.

Uma rede séria implantada de pré-escola, poderia representar, no mínimo, Srs. Deputados, o ato de contrição e o ato

de se redimir desta sociedade; que ao encontrar a maior formação de mata atlântica da região sul do Brasil, meteu-lhe o machado, jogou a terra abaixo, plantou cafezais, erradicou cafezais; plantou lavouras brancas, erradicou lavouras brancas; plantou capim, pôs o gado, expulsou o camponês. Foi olhar as necessidades do mercado externo e plantou soja. Mas expul-

sou o homem do campo. Fez com que o Paraná, Srs. Deputados, fosse o responsável por 1/4 de todos os agro-dólares obtidos para pagar as loucuras dos tecnocratas, garçons do poder, curvando-se diante da vaidade dos militares que assumiram o poder neste País.

Mas, Srs. Deputados, esta sociedade que se enriqueceu que se engrandeceu, que soube mostrar a lei do lucro, a lei da acumulação de riquezas, não pode, sob pena de ser julgada severamente pela história, assistir um quadro desses. E então, quando proponho à consideração de meus companheiros de bancada a aprovação dessas emendas, a aprovação do Projeto de Lei 69/81, também não é possível, Srs. Deputados, que o homem de Oposição, mais que o homem de Oposição, que o paranaense que procura marcar no mínimo um compromisso com o passado pioneiro e desbragador desta terra, possa aceitar esta paisagem que aí está. Uma fachada de modernidade na administração pública. Fachada esta que o Xá Reza Pahlevi obteve com mais sucesso, na milenar Pérsia.

Não podemos admitir que esta fachada de modernidade, enaltecida, engrandecida, elogiada, louvada, exaltada, não signifique, não represente, simultaneamente, o estabelecimento de uma linha de prioridades, onde realmente o "slogan" administrativo do Governador do Paraná, Ney Braga, seja o homem, o começo e o fim dos seus objetivos. E mais, "pari-passu", observamos uma geração perdida hoje porque marginalizada; uma geração perdida amanhã porque a vaidade, o ufanismo do "oba-oba" da década de 70, resolveu fazer com que o Paraná bancasse o cacife que a União é incapaz de bancar, estabelecendo uma rede estadual de universidades, deixando entretanto a base da pirâmide fora de qualquer consideração do administrador, um bilhão e 500 milhões de cruzeiros, é a sangria da rede escolar mais cara do que a rede privada, que são as três universidades estaduais do Paraná.

E entretanto, como paranaense, é preciso recolher depressa, para que ninguém veja os dados estatísticos quando se mostra um corpo vertical das matrículas do Paraná nos seus diversos graus.

Um milhão e 600 mil matriculados no primeiro grau, nas oito séries, 160 mil matriculados no segundo grau, nas suas três séries, 65 mil matriculados no terceiro grau na variação de períodos que as escolas superiores apresentam.

E pasmem, Srs. Deputados, menos de trezentas salas de aulas, menos de trezentas turmas para o ensino pré-escolar.

Ora, é claro que o modelo educacional do Paraná estará sendo ultrapassado, estará sendo atropelado e estará sendo derrapado por uma rede nacional de televisão que entra em cada casa e dá à criança a educação padronizada, mais estilizada no exterior.

É claro que uma rede de revistas em quadrinhos vai mostrar às nossas crianças, conceitos morais discutíveis de um sistema econômico social que não convém ao nosso povo.

Mas a nossa rede escolar, só vai tomar os alunos nos seus sete anos de idade, quando ele já tiver sido traumatizado, atropelado e, acima de tudo, bloqueado.

No campo biológico, Srs. Deputados, quando em razão de uma péssima distribuição de rendas, 2/3 da população brasileira, percebe menos da renda familiar que dois salários mínimos.

É claro, a educação democratizada, mas o vértice da pirâmide vai à primeira série do primeiro grau, barrigüinha cheia, nutrida com todos os equipamentos psico-sociais para o seu aproveitamento e para o seu processo da educação.

Mas estes 2/3 vão à escola bloqueados biologicamente carentes de proteínas, com o cérebro comprometido, e acima de tudo, com o primeiro instinto do homem como animal ainda a ser cumprido que é o instinto da conservação do próprio indivíduo representado pela fome, pelo apetite e pelo alimento, ainda por ser satisfeito ainda por ser preenchido, vai essa crian-

ça distante da pré-escola aos sete anos de idade para a primeira série do primeiro grau, bloqueada, Srs. Deputados, socialmente, porque esta sociedade do modernismo, a sociedade de consumo, a sociedade industrial, da indústria sofisticada foi feita para premiar o rico e marginalizar o despossuído da sorte.

Então vai para a escola também bloqueado socialmente, porque foi marginalizado no seu bairro de classe "s", porque foi marginalizado na sua favela, porque do administrador público só recebeu confeitos e doces às vésperas da eleição, às vésperas da visita de um Presidente, às vésperas quem sabe, de qualquer festas destas.

Mas ele sabe, na sua inocência, na sua ingenuidade, que está sendo marginalizado socialmente deste processo que aí está.

Não pode entrar na igreja, porque roupa não tem; não frequenta clube porque clube não tem; não tem agasalho para ir à escola. Ele sabe que vai ser ridicularizado, que é também uma forma de marginalização.

E irá, ainda, Srs. Deputados, observado este ano dos quatro aos sete anos de idade, irá ainda para a escola bloqueado psicologicamente. Porque qual família não se desintegrará na luta pelo pão nosso de cada dia, no nível nunca visto de desempregados neste País e neste Estado, Estado de sete milhões e 500 mil habitantes, 800 mil desempregados, subempregados, explorados, filas nas fábricas, filas no comércio, filas no SINE, filas na Secretaria de Assistência Social, desempregado urbano, desempregado rural, subempregado urbano, subempregado rural, explorado urbano, explorado rural.

A desintegração está aí.

O homem, lavrador, ele filho de camponeses, neto de agricultores, ontem proprietário rural, ontem na fartura da pujança tropical brasileira; hoje amontoado na favela, à disposição de uma ficha de inscrição na LBA.

É claro, Srs. Deputados, que ele irá para a escola, bloqueado psicologicamente, como já foi bloqueado socialmente, como já foi bloqueado biologicamente.

Dai se explica porque de cada mil que ingressam na primeira série do primeiro grau, apenas metade consegue ultrapassar os obstáculos desse bloqueio, e passam para a segunda série do primeiro grau, em que pese a Lei 5692, que só falta aprovar o aluno por decreto, porque dá tudo, mesmo assim o bloqueio é tão grande, porque cinquenta por cento cai nesta corrida de obstáculos, diante do primeiro obstáculo.

E nem vê pela frente, Srs. Deputados, a luz do túnel distante, cujo fim é imperceptível para estes 40 por cento da população brasileira, que estão totalmente à margem do processo.

Sei, Srs. Deputados, que estou cansando e enfatiando este Plenário.

Mas são verdades que têm que ser ditas, aproveitando-se um gancho deste reforma que o Sr. Governador do Estado considera como "ovo de colombo", como se fosse resolver o grande impasse da educação nacional.

Eu afirmo: votaremos a favor das três mensagens dos três projetos de lei; votaremos a favor das emendas. Mas quem não tem lado também não sabe julgar; quem está ao lado dos poderosos é incapaz de julgar o outro lado. E entende que três mensagens destas poderão resolver.

Não, Srs. Deputados.

O impasse educacional é muito mais sério, é muito mais profundo, ele é muito mais traumatizante porque é um impasse situado e configurado dentro da grande crise nacional.

Crise esta, história, mas que foi, sem dúvida alguma, agudizada a partir do golpe militar de 1964.

Sei que há contradições imensas. Apenas, Srs. Deputados, é preciso que a Bancada do PMDB, e creio que, por delegação, às demais bancadas da Oposição coloquem, com muita clareza, a sua posição, no momento em que votam favoravelmente

a essas três mensagens.

Sabendo que estão fazendo o papel daquele pássaro que, diante do incêndio tenebroso, terrível de uma floresta, ia até a fonte mais próxima, enchia o seu bico, com a água cristalina da fonte. E do alto dos céus, deixava cair aquela gota sobre o incêndio devorador.

E quanto lhe perguntaram: "que bobagem estás fazendo?", ele disse: "estou fazendo a minha parte".

É preciso que a Oposição, ao votar favoravelmente, esteja também consciente de que está apenas e tão somente diante do crepitar das chamas dessa floresta. Está apenas deixando cair uma gota de água. E que o incêndio não será apagado, não será debelado com essas medidas paliativas.

Ou o Estado do Paraná assume a sua responsabilidade histórica, respaldado em toda sua história de colonização e pioneirismo e se redime diante de tantos milhares de irmãos nossos, tangidos do Paraná para os sertões da Amazônia, do Paraguai, para o sertão mais brutal das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Brasília, mesmo Curitiba, ou então, estaremos a cada ano, a cada semestre, recebendo a visita de Sua Excelência o Sr. Secretário dos Negócios da Educação, para, mais uma vez, ouvir as razões de quem está do lado de lá; de quem fez uma opção que a História há de cobrar, pelo lado dos poderosos, se esquecendo, Srs. Deputados, que Tiradentes foi o incômodo de ontem, foi o subversivo do Século XVII. Mas hoje, ele está no altar da Pátria. E aqueles que escolheram, por livre opção o outro lado, o lado de lá, e estão hoje naquele lugar que a História, a partir da primeira série do primeiro grau, tem demonstrado.

Vamos votar favoravelmente.

Mas é preciso repensar a Educação em termos estruturais e não apenas jogar uma gota d'água quando aparece um impasse e tem que se dar uma satisfação às mães que telefonam à Secretaria da Educação procurando saber se poderão ou não, ir para as praias no mês de janeiro.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em discussão o Projeto de Lei no. 69/81.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nesse turno de segunda discussão deste projeto de lei, e tendo em vista que a matéria de que trata este projeto de lei se refere à gratificação de regência, no nosso entender, no Artigo primeiro, poderia ser aduzido, nesse artigo, no parágrafo terceiro, no lugar do artigo segundo, com uma alteração apenas, para efeito de permitir que o Governo pudesse, mediante veto — se assim o entender — deixar à margem esta proposição que faço, de mérito.

Acrescente-se, artigo segundo, com a redação abaixo, passando o atual artigo segundo a figurar como parágrafo terceiro do artigo primeiro, nada se alterando no seu atual teor.

E o artigo segundo passaria a ter a seguinte disposição:

O disposto no Artigo 11 da Lei 7099, de 08 de janeiro de 1979, é extensivo às onze ocupantes do cargo técnico, em inatividade, técnico de educação, em inatividade.

E quero justificar, Sr. Presidente, que ao fixar o reajuste de vencimentos dos servidores do Executivo, a Lei 7099 de 1978, omitiu, em seu artigo 11, ao referir-se apenas a sete ocupantes de cargo técnico de educação, as onze professoras inativas que pleiteiam essa medida. Aliás, dando ênfase a essa pretensão, ingressaram na Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, entendeu ser de direito não só a pretensão, como forma, como matéria de norma administrativa, mas também como implícita em direito adquirido e a elas concedeu, por unanimidade, a medida impetrada. E sabendo-se que se trata de nomes conhecidos nacionalmente no setor da educação e também no setor cultural do nosso Estado, com obras didáticas recomendadas por todos os educandários do

País, entre elas encontram-se nomes nacionais e internacionais.

Essas professoras são: Clélia Tavares Martins, Celeste Pinto Reichmann, Anice de Freitas Camargo, Alice Ramos de Sá Sotomaior, Elisa Leite Ferreira, Eponina Bassan Solieri, Maria Carolina Delaí, Maria da Luz Olpina e Theodora Caxambu, além de, Leonor Resende e Laurinha Chinco, que tiveram de recorrer, como já disse, ao Judiciário, para obter por unanimidade, o recurso impetrado que ora, por força do mandamento constitucional, foi ao Tribunal Federal de Recursos, como forma de instância superior, de acordo com o mandamento da Constituição.

Trata-se de mestras que prestaram inestimáveis serviços ao Estado na primeira gestão do Governador Ney Braga. Não é justo que esperem por mais tempo que se pode resolver nesta oportunidade, de maneira legal, justa e honesta, em reconhecimento àquilo que já legaram ao Estado do Paraná.

Disse-nos o Secretário da Educação, quando transitou aqui por esta Casa, trazendo esclarecimentos sobre os projetos relativos aos professores que a pretensão dessas onze que ficaram preteridas pela lei já invocada, 7099, que elas estariam implícitas num projeto de lei que está em trâmite nesta Casa, o projeto que trata dos benefícios dos inativos.

Entretanto, Sr. Presidente, não foram elas contempladas no nosso entender e esta é uma oportunidade para se colocar termo neste pleito judicial, cansativo, que poderá contemplar antecipadamente a pretensão já tendo sucesso no Tribunal de Justiça, mas mediante uma emenda, poderíamos solucionar esta pretensão que aliás, reconhecida já unanimemente pelo Judiciário, não foi, pelo menos naquela oportunidade, dada com satisfação, com plenitude os esclarecimentos, porque, segundo entendimento do Secretário, elas poderiam estar contempladas naquele projeto de lei.

Esta é uma oportunidade para se por um reparo na injustiça já reconhecida e cometida pelo Governo do passado.

Por esta razão, Sr. Presidente, quero invocar a sensibilidade e o senso de justiça deste Parlamento, para também atribuir a estas professoras que não foram contempladas naquela oportunidade, a possibilidade de ver garantido e legitimado um direito que ainda não está contemplado nas normas administrativas que regem esta matéria.

Deixo à consideração do Plenário, porque já houve reconhecimento, e é apenas para dar solução pela via legislativa, a pretensão dessas professoras.

Encaminho à Mesa no turno de segunda discussão, que é a oportunidade e a instância adequada, para examinar esta matéria.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 69/81.

Encerrada a discussão. Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. - Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda n.º 01, da Comissão de Instrução Pública, no seguinte teor:

“O Art. 2.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º - O valor da gratificação de que trata esta Lei, será fixado por ato do Poder Executivo, não podendo ser inferior a 0,5% (meio por cento) do valor inicial do nível PA-1, por dia útil de aula efetivamente ministrada”.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1981.

(a) DEL CIEL

Apoio: AIRTON CORDEIRO, RENATO BERNARDI, DAVID CHERIEGATE e DENI SCHWARTZ”.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) A Mesa defere e solicita

do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal 31 Srs. Deputados.

Há “quorum” para deliberação.

Em votação a Emenda n.º 02, de autoria da Comissão de Instrução Pública, no seguinte teor. (Lê):

“COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Emenda n.º 02

ao Projeto de Lei n.º 69/81

Acrescente-se o seguinte artigo.

“Art. - ... A gratificação de regência de classe de que trata esta Lei, será incorporada aos proventos de aposentadoria, desde que percebida por período não inferior a três (03) anos consecutivos ou cinco (05) anos alternados”.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1981.

(a) DEL CIEL

Apoio: AIRTON CORDEIRO, RENATO BERNARDI, DAVID CHERIEGATE e DENI SCHWARTZ”.

- Aprovada a Emenda.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 03

AO PROJETO DE LEI N.º 69/81

Acrescente-se Artigo 2.º, com a redação abaixo, passando o atual artigo 2.º a figurar como parágrafo 3.º do artigo 1.º, com a seguinte redação:

“Art. 1.º -

§ 3.º - O valor da gratificação de que trata este artigo será fixado por ato do Poder Executivo”.

“Art. 2.º - O disposto no Art. 11 da Lei n.º 7099, de 08 de janeiro de 1979, é extensivo às onze (11) ocupantes do cargo de Técnico de Educação em inatividade”.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Ao fixar o reajuste de vencimentos dos servidores do Poder Executivo, a Lei n.º 7099/78 omitiu, em seu Art. 11, ao referir-se apenas aos sete (07) ocupantes do cargo de Técnico de Educação, as onze Professoras inativas.

Sabendo-se que se trata de nomes conhecidos nacionalmente no setor educacional, com obras didáticas recomendadas em todos os educandários do País, tais como CLÉLIA TAVARES MARTINS, CELESTE PINTO REICHMANN, ANICE DE FREITAS CAMARGO, ALICE RAMOS DE SÁ SOTOMAIOR, ELIZA LEITE FERREIRA, EPONINA BASSAN SOLIERI, MARIA CAROLINA DELAY, MARIA DA LUZ OUBINA, THEODORA CAXAMBU, LEONOR LEZAN e LAURINHA CHINCO, que tiveram de recorrer ao Judiciário para obter, por unanimidade, tal direito, ora em fase de recurso no Supremo Tribunal Federal.

Tratando-se de mestras que prestaram inestimáveis serviços ao Estado, na primeira gestão do Governador Ney Braga, não é justo que esperem por mais tempo o que se pode resolver nesta oportunidade de maneira legal, justa e honesta, em reconhecimento àquilo que legaram ao Paraná.

- Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de formular um apelo ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino, porque estamos vendo e sentindo que esta matéria que se encontra na Ordem do Dia, tem uma prioridade absoluta para a solução do impasse entre o Magistério e o Governo do Estado.

Houve um entendimento prévio entre as lideranças partidárias de que as emendas a serem apresentadas a esta matéria, seriam encampadas pela Comissão de Instrução Pública. E foi o

que aconteceu com as duas emendas anteriores. Esta é uma emenda que inclusive vai ser atendida na sua essência, no seu conteúdo, no seu objetivo, pela mensagem que vai alcançar aos servidores inativos do Estado do Paraná.

Como não queremos que esta matéria sofra qualquer estrangulamento na sua tramitação, apelamos ao ilustre e interessado Deputado Fidelcino Tolentino, para que retire esta emenda.

Não que a consideremos intempestiva ou inoportuna, mas simplesmente para atender o acordo prévio das lideranças partidárias, inclusive do partido de Vossa Excelência.

É o apelo que faço para atendermos também a necessidade para a solução da crise do Magistério.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Está em votação a Emenda nº 03. - Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 70/81, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. nº 52/81), que autoriza o Poder Executivo a proceder mediante decreto, a redistribuição dos cargos criados no Quadro Próprio do Magistério pela Lei nº 6892, e dá outras providências que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 71/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 53/81), que dispõe do enquadramento dos professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar nº 7, de 1976, no Quadro Próprio do Magistério. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 58/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que extingue o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 58/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica extinto o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1981.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

A última divisão judiciária extinguiu o Distrito Judiciário de Soares. Em se tratando de município de pequenas dimensões territoriais, nada justifica a permanência de um Distrito Administrativo, razão pela qual se propõe, nesta oportunidade, sua derrogação.

Esta é uma decisão dos órgãos dirigentes do Município de Rio Azul, conforme evidencia a Resolução nº 1/81, de 07 de maio de 1981, que anexamos, ainda que sua validade se restrinja, como deve, a comprovar manifestação dessa vontade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 58/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado JOÃO MANSUR, o projeto pretende extinguir o Distrito Administrativo de Soares, no Município de Rio Azul, de vez que a última divisão judiciária extinguiu o Distrito Judiciário de Soares. Assim, segundo a

justificação do autor, nada justifica a permanência tão somente do Distrito Administrativo em município de reduzidas dimensões territoriais.

A própria Câmara Municipal de Rio Azul, através da Resolução nº 1/81, de 7 de maio de 1981, já deliberou nesse sentido, segundo se verifica da cópia do citado diploma em anexo.

Sob o aspecto constitucional e legal a iniciativa é pertinente e merece prosseguir o trâmite regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 80/81, de autoria do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que visa dar preferência às partes portadoras de deficiência física, nas repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 80/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - As repartições de atendimento externo ao público dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, darão preferência às partes portadoras de deficiência física.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às partes representadas por procuradores ou prepostos.

Art. 2.º - O descumprimento do estabelecido no artigo anterior, sujeita o servidor ou empregado responsável às penalidades previstas na Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Observe-se que o projeto não confere um direito ao deficiente físico de ser atendido preferencialmente nas repartições públicas, mas impõe à administração o dever de lhes atribuir tratamento prioritário.

Esse particular deriva da concepção de que a verdadeira igualdade de todos perante a lei, princípio basilar do regime democrático, consiste em se considerar desigualmente os desiguais. Ou seja, cabe à lei compensar as diversidades que a natureza, nos seus segredos desígnios, houve por bem permitir.

O projeto, além disso, quer manifestar mais uma sincera contribuição ao Ano Internacional do Deficiente Físico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 80/81

PARECER

Da lavra do eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o presente plano de lei objetiva impor à Administração o dever de atender prioritariamente, nas repartições públicas, ao deficiente físico que ali se apresentar pessoalmente.

Considera o ilustre autor do projeto que a pretensão emana do princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei que, visto sob este ângulo, consiste em se tratarem desigualmente os desiguais, até mesmo para se corrigir algumas distorções da natureza, frutos de seus desígnios insondáveis.

Cumpridas estão as formalidades regimentais e legais, pelo que nosso parecer é FAVORÁVEL à sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente,
WERNER WANDERER, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste, a fim de consultar a população visando a criação do Município de Pranchita. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 24/80

PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/81
SÚMULA:

Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste, a fim de consultar a população visando a criação do Município de Pranchita.

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Pranchita.

“ Tomando como ponto de partida, o Extremo Oeste, linha seca do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo e Canzi, onde a mesma parte da margem direita do Rio Santo Antônio. E deste ponto, segue-se no extremo Este, pela mencionada linha seca, que numa altura tem uma deflexão para a direita e segue até a cabeceira do Arroio Mico em confrontação com os proprietários rurais: Vitório Roveda, Germano Giongo, Loreno Fassini, Etvino Riser, Adelino Rama, Herdeiros de Leonardo Giongo, Irineu Sandri, João Rides, Atilio Nodari, Valeriano Magnani, Quintílio Giongo, Olivo Milani, Arlindo Vilani, Ottasir Pezzini, Danilo Giongo, Zenir Giongo, Irineu Valdecir Petri Machado, Jordano Forma, Daniel Segrilo, Marco Deponte, Anildo Bonet, Luizinho Magioni, Elvo Onet e Herdeiros de José Canzi. E desta cabeceira do Arroio Mico seguindo-se o mesmo abaixo, até sua foz no Rio Capanema, em confrontação com o Município de Pérola D'Oeste. E desta Barra, seguindo-se o Rio Capanema acima em confrontação com o Município de Ampére, até a embocadura do Rio Valdomeira e este seguindo-se acima até suas cabeceiras e desta seguindo-se por linha seca no Extremo Sul, confrontando com os proprietários rurais, Alcides Geraldi e Pedro Correia. E por outra linha seca no Extremo Oeste, com Pedro Correia, Roberto Felix Frizzo, Floriano Voiczik, João Pazza, Claudino Pazza e Gertun Bier, assim chegou-se na cabeceira do Arroio Aurora e seguindo-se pelo mesmo abaixo até a sua foz no Rio Santo Antônio. Esta extensão da foz do Rio Valdomeira até a do Arroio Aurora, confronta com o remanescente do Município de Santo Antônio do Sudoeste. E da foz do Arroio Aurora seguindo-se o Rio Santo Antônio abaixo confrontando com a República Argentina, até o Ponto de Partida, na linha seca, do quilômetro 24, antiga divisa da Fazenda Giongo e Canzi, na parte que atinge dentro do Município de Pérola do Oeste”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 24/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Túlio Zanchet, o presente Projeto de Lei n.º 24/81, tem por finalidade criar o Município de Pranchita, com divisas que especifica, e território desmembrado dos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste.

Analisando-se a matéria através da documentação ali inserida, temos que neste exame preliminar o projeto está em condições de ter a sua tramitação normal por esta Casa, já que os requisitos essenciais previstos na legislação federal estão preenchidos.

Assim sendo o nosso parecer é no sentido de que seja autorizada a realização de plebiscito naquela área, a fim de que a população local, que no caso é a maior interessada no assunto, venha se manifestar com relação a pretendida elevação daquela localidade a município, nos reservando para um posterior pronunciamento após o resultado da consulta plebiscitária.

É o parecer, com o projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24/06/81

(a) AIRTON CORDEIRO, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 53/81 (Mens. Govern. n.º 59/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Diamante do Norte e Nova Olímpia, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 41/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de DIAMANTE DO NORTE e NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas respectivas sedes.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
WERNER WANDERER, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 53/81

PARECER

A presente proposição, oriunda de mensagem governamental, visa o “referendum” deste Poder a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de DIAMANTE DO NORTE e NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de controle da erosão.

Os termos dos acordos firmados revelam ser os mesmos da maior importância para os municípios signatários, atendidos os interesses do Estado.

Observados que foram os preceitos constitucionais e legais, quando à forma e competência, opinamos pela respectiva RATIFICAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
WERNER WANDERER, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Sara Tachewski Osna, ocorrido no dia 19 do corrente mês, na Capital paulista. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor André Dorini, ocorrido neste mês no Município de Mangueirinha.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 93/81, que visa dar nova redação ao Art. 6.º, da Lei n.º 6407, de 11/06/73 - (Alteração sobre a denominação e estrutura do IPARDES).— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 17/81, que trata sobre liberação de área de terreno doada pelo Estado ao Município de Telêmaco Borba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, reivindicando a instalação de uma Central Telefônica com 15 terminais na localidade de Santa Cruz do Ocoi, no Município de São Miguel do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a esta Assembléia Legislativa delibere no sentido de manifestar

irrestrito apoio à candidatura do ilustre Desembargador Luiz Renato Pedroso à Presidência da Associação dos Magistrados do Brasil.— **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação.)

2 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 56/81, 69, 70 e 71/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 58/81 e 80/81, e dos Projetos de Resolução n.ºs 40/81 e 41/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 42/81 e 43/81, e do Projeto de Lei n.º 79/81.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, quinta-feira, após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 36/81, 37, 38 e 39/81.

Levanta-se a sessão.